

Museu Paraense Emílio Goeldi

Coordenação de Pesquisa
e Pós-graduação



9 Unidades de Conservação no Pará: desafios
e perspectivas para a gestão sustentável
MPEG, IBAMA, Conservação Internacional do Brasil,
SECTAM, AMAZON



Presidente da República

Luís Inácio Lula da Silva

Ministro da Ciência e Tecnologia

Eduardo Henrique Accioly Campos

Museu Paraense Emílio Goeldi

Diretor *Peter Mann de Toledo*

Coordenadora de Pesquisa e Pós-Graduação *Ima Célia Guimarães Vieira*

Coordenador de Comunicação e Extensão *Lucia Hussak van Velthem*

Comissão de Editoração Científica

Presidente *Lourdes Gonçalves Furtado*

Editora Chefe *Angela Pizzani*

Editoras Assistentes *Socorro Jorge, Angela Botelho*

Estagiárias *Karla Barros e Sídia Reis*

Designer *Andréa Pinheiro*

Idéias e Debates

Número 9, abril de 2005

Edição e Revisão *Ima Célia Guimarães Vieira*

Transcrição do texto *Maria Luíza Simões dos Santos*

Produção Editorial *Angela Pizzani*

Capa e Projeto Gráfico *Andréa Pinheiro*

Editoração Eletrônica *Iraneide Silva*

Unidades de Conservação no Pará: desafios e perspectivas para a gestão sustentável / Marcilio Monteiro... [et al.]. – Belém : Museu Paraense Emílio Goeldi. Coordenação de Pesquisa e Pós Graduação, 2005. 44 p. – (Idéias e debates; 9)

1. Recursos Naturais – Conservação – Brasil – Amazônia. 2. Sustentabilidade ambiental – Brasil – Amazônia. 3. Unidades Conservação – Gestão Sustentável – Brasil – Amazônia I. Monteiro, Marcilio. II. Ferreira, Leandro. III. Lobato, Crisomar. IV. Cardoso, José Maria Cardoso. V. Barreto, Paulo. VI. Título. VII. Série.

CDD 333.71509811

Apresentação

A iniciativa do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e de seus parceiros do Ciclo de Palestras Idéias e Debates, em expor a temática das “*Unidades de Conservação no Pará: Desafios e Perspectivas para a Gestão Sustentável*”, foi uma oportunidade ímpar para se aprofundar a discussão da conservação sob a ótica da sustentabilidade, no que de mais abrangente e enraizado esse conceito possa ter, além do tripé que se coloca, onde parece que se esgotaria no simples atendimento de metas econômicas, sociais e ambientais. A questão é muito mais complexa porque as pressões sobre o ambiente amazônico são feitas de modo açodado, não-planejado e até criminoso. O tempo urge e as ações e as decisões dos governos de todas as esferas e da sociedade civil têm também que ser tomadas neste ambiente de premência de tempo, que muitas vezes pode levar a equívocos, mas a inoperância pode ser, ainda, muito mais danosa. O debate que se segue na região, sobre a compatibilização entre a boa gestão e conservação dos recursos naturais, incluindo aí a nossa imensa e inestimável biodiversidade e o desenvolvimento equilibrado e equitativo, é recorrente e ciclotômico, pois, sempre há o atropelo de novos surtos desenvolvimentistas.

Agora mesmo, quando assistimos ao novo avanço da fronteira agrícola impulsionado pela expansão dos cultivos de grande escala, como a soja e o arroz, sobre o domínio da floresta tropical úmida amazônica, temos parte da sociedade mobilizada e a comunidade acadêmica e técnica envolvida na discussão sobre quais as estratégias e as melhores práticas para que o desenvolvimento, ora proposto ou praticado, não caminhe pela mesma trilha anterior, seguida aqui e em outros torrões tropicais ou não, onde o dito *desenvolvimento* foi conseguido ou tentado à custa de pesadas e irreparáveis perdas para o patrimônio natural e cultural das populações locais.

As contribuições aqui colocadas, de maneira didática e acurada, por especialistas, pesquisadores e técnicos que pensam o binômio conservação e desenvolvimento de modo integrado e não-divorciado, são contribuições densas e profundas para este debate, permitindo balizar a formulação de políticas públicas na região Amazônica e, em especial, no estado do Pará, que já teve quase que 30% de sua cobertura florestal removidos para os mais diversos usos da terra.

Louve-se a proposta de Zoneamento Ecológico e Econômico do estado do Pará, apresentada pelo governo estadual, e obedeça-se fielmente esta ordem de fatores e prioridades - com o ecológico precedendo o econômico, porque as bases econômicas num território como o estado do Pará, onde a matriz produtiva ainda é centrada nos recursos naturais, o respeito pelo patrimônio natural e o uso adequado de seus recursos é o que pode garantir o tão sonhado *desenvolvimento sustentável*.

Louve-se, ainda, a iniciativa do MPEG e de seus parceiros em trazer a público debate sobre tão rico e palpitante assunto e tão contemporâneo quanto o desafio de conciliar, na nossa Amazônia, conservação da natureza e desenvolvimento – substantivo, pleno e humanitário – e para o qual dispensassem quaisquer adjetivos para qualificá-lo.

Samuel Soares de Almeida
Coordenação de Botânica
Museu Paraense Emílio Goeldi

Semana do Meio Ambiente

Tema

Unidades de Conservação no Pará: desafios e perspectivas para a gestão sustentável

Ima Vieira (MPEG) – Bom dia a todos. Comemoramos a Semana do Meio Ambiente e é uma oportunidade muito importante para refletirmos e discutirmos sobre a temática das Unidades de Conservação. No estado, atualmente, existem 11 Unidades de Conservação de proteção integral, 24 Unidades de Conservação de uso sustentável e 40 terras indígenas. Essas terras indígenas e Unidades de Conservação têm tido vários problemas com relação à implementação e vulnerabilidades.

Para compor a Mesa gostaria de chamar o Dr. Marcílio Monteiro, Gerente Executivo do IBAMA-Belém, que será o primeiro palestrante. Na programação vocês podem ver que foi anunciado o Pedro do IBAMA-Brasília, mas ele não pôde estar presente e, com isso, o Marcílio vai apresentar a primeira palestra. Depois chamo os outros convidados.

Marcílio Monteiro (IBAMA) – Primeiro, boa tarde a todos e a todas. A Ima já fez a justificativa, o Pedro estava adoecido semana passada, se recuperou, mas parece que teve um contratempo e acabou não vindo. Mas, nesse debate, primeiro, gostaria de ressaltar e agradecer a parceria fundamental do Museu Emílio Goeldi, por ser um parceiro fundamental em várias áreas, mas principalmente em Unidades de Conservação e por aceitar esse desafio, porque a idéia aqui é mais do que debate, é a de construção de um fórum permanente, de avanço junto com o IBAMA no debate de Unidades de Conservação.

Tenho uma implicância comigo mesmo, se assim posso dizer, de que Workshops e debates até são super interessantes, porém, para quem está sofrendo na carne a árdua, mas prazerosa tarefa de estar em um órgão executivo, o fundamental, além dos debates e das contribuições, é construir uma agenda e construir fóruns que possam constituir e implementar a diversidade das idéias. Não há problema nenhum, muito pelo contrário, quanto mais diversidade ocorrer melhor. Agora, a angústia que muitas vezes acontece é o que chamo de *ações soluço*, faz-se um debate e parece que amanhã continua igual. Daqui a seis meses voltam os mesmos parceiros, com mais ou menos as mesmas idéias, e vamos fazer novo soluço e as coisas vão continuando. Acho que não podemos, nesse momento, com risco grave para a sociedade paraense, em específico da necessidade de fazermos o debate e da importância que reflete a construção e manutenção de Unidades de Conservação em nosso estado, transformarmos em um mero debate.

Feito este esclarecimento inicial, estamos aqui fazendo e aí a idéia é que peguemos, talvez, os 15 minutos finais que estamos programando aqui para em torno das 6 horas, para alguns encaminhamentos que possamos estar repicando nesse debate. É só essa preocupação que eu posso chamar de *executivo, propositivo* e que possamos ter esse fórum, alguns não na necessidade que vamos fazer aqui toda semana uma reunião, não, mas que em cada um possamos construir um fórum para debatermos essa questão das Unidades de Conservação.

* Palestras realizadas no dia 08 de junho de 2004, no Auditório do Museu Goeldi.

Não sei qual é a dinâmica, se chamaria todo mundo para a Mesa, porque aí mostramos a visão bastante ampla que gostaríamos de colocar nesse debate, lembrando que após a exposição e partindo do pressuposto de que é uma ação efetiva de construção de política pública que estamos fazendo aqui, é um instrumento fundamental de construção de política pública, ao final da exposição, possamos ter uma relação de diálogo com a platéia e não simplesmente uma informação. Muito menos nos interessa ouvir e ouvir bastante críticas. Aqui estou vendo a platéia bastante heterogênea que vai desde acadêmicos, estudantes, pessoas vinculadas a Organizações não-governamentais, instituições públicas, mas principalmente estou vendo várias comunidades aqui representadas que sentem na pele esta discussão porque é a sua sobrevivência, é sua constituição enquanto cidadão dentro da Amazônia.

Acho que a Ima podia chamar o resto da Mesa para começarmos esse debate.

Ima Vieira – Então, para apresentar sua palestra e debater conosco, convidamos o Sr. Leandro Ferreira, que é pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi, doutor em Biologia pelo INPA, que vai nos falar de Desmatamento e Conservação: o caso das Unidades de Conservação do Pará, uma análise recente que ele tem feito sobre a temática. Chamamos o Dr. Crisomar Lobato, que é da SECTAM, engenheiro florestal, responsável pelos espaços territoriais protegidos no Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado, que é um projeto do governo, que vai nos falar do zoneamento do Pará e da criação de novas Unidades de Conservação de proteção integral de uso sustentável. O próximo palestrante é o Professor Dr. José Maria Cardoso, do Instituto de Conservação Internacional do Brasil, biólogo pela Universidade do Pará, doutor pela Universidade de Copenhague, vice-presidente de Ciência da Conservação Internacional. Vai nos falar de Mosaicos Sustentáveis e Conservação no Pará. E o último palestrante é o Dr. Paulo Barreto, do Imazon, que é mestre em ciências florestais, Secretário Executivo do Imazon, que vai nos falar das Florestas Nacionais e o desafio da produção madeireira sustentável.

Cada um dos nossos palestrantes tem 20 minutos, e ao final de todas as apresentações teremos os debates de 15 minutos para proposições e encaminhamentos que possamos estar fazendo após essa reunião. O primeiro palestrante, na verdade, é o Marcílio, do Ibama, que vai nos falar da situação atual das Unidades de Conservação de nível estadual e federal no Pará.

Marcílio Monteiro – Acho que não vou gastar 20 minutos. Primeiro uma justificativa: é que até 3 minutos atrás eu vinha para assistir à palestra e fui convidado a ser palestrante, então, só essa pequena mudança, mas acho que isso não vai afetar os trabalhos, mesmo porque acho que a mesa está muito bem constituída e o Ibama, como co-promotor deste evento, vem muito mais para ouvir neste momento onde estamos trabalhando junto com várias instituições, a construção das Unidades de Conservação.

Vou gastar aqui talvez 10 minutos: primeiro gostaria de apenas relatar rapidamente uma situação atual que muitos dos senhores já conhecem, mas é importante, que eu chamo de *uma certa esquizofrenia* das Unidades de Conservação, inclusive o Ibama é fruto dessa esquizofrenia (o Vergara está ali, o Elói já participou do CNPT, tem o pessoal aqui da Flona), depois vamos explicar essa dificuldade onde nós mesmos conseguimos lutar para construirmos o Sistema Nacional de Unidades de Conservação *SNUC* e dentro da instituição nós destruimos o *SNUC*. Vou gastar um tempinho para falar sobre isso e os outros 5 minutos vou fazer umas provocações, porque eu gostaria de tomar a liberdade de fazer alguns questionamentos para os palestrantes de temas, como nós que estamos no debate aqui do Ibama, sobre como é que cada um de vocês está vendo essas questões.

Nessa primeira parte, o fruto da luta, da constituição do sistema nacional de Unidades de Conservações, onde conseguimos ter a clareza da divisão; colocamos unidades de uso sustentável, unidades de áreas protegidas; avançamos na concepção de reservas extrativistas, todos os modelos que conseguimos avançar. Constituímos um sistema nacional que foi avançando inicialmente da visão de Unidade de Conservação isolada pura e simples, para as áreas de amortecimento; em um terceiro momento, que acho ideal, conseguimos pensar na visão de Mosaicos e você tem condições de construir um Mosaico, como uma mistura de unidades de uso protegido com sustentável; criar condições, seja fauna, seja todo o ecossistema; conseguir interligar-se, foi um avanço na concepção das Unidades de Conservações que foi evoluindo nessas últimas décadas, pulamos essas três fases. Por outro lado, avançamos muito pouco na relação antrópica, ou seja, como é que trabalhamos o homem, o ser humano dentro do debate de Unidades de Conservação.

O Ibama é um dos órgãos responsáveis pelas Unidades de Conservação. Para que vocês entendam, nós temos 3 diretorias que cuidam de Unidades de Conservação. Conseguimos, nós mesmos, não pensarmos em uma forma unificada de Unidade de Conservação. Aqui no estado do Pará, agora é que estamos reestruturando, montando um único instrumento de Unidade de Conservação, porque você tinha de um lado as Flonas, entendido que se é um processo florestal fica com a Diretoria de Floresta; as demais áreas ficam na Diretoria de Ecossistemas; e as Resexs, que são Unidades de Conservações, vinculadas à concepção de populações tradicionais constituiu-se um centro de populações tradicionais, que vira agora, a partir de agosto, uma diretoria de populações tradicionais do Ibama. Mas nós não conseguimos perceber que não adianta falarmos de unidades específicas, seja Resex, seja Flona, sejam áreas protegidas, se não conseguíssemos perceber que elas têm que ter uma lógica entre si, ter um caminho entre si e ter pessoas nessa discussão.

A segunda é que o debate das Unidades de Conservação pressupõe a relação antrópica, e aí a melhor forma da defesa da Unidade de Conservação, seja na visão geral da proteção ambiental, seja no processo de inclusão social, pressupõe uma relação clara com a sociedade que vive dentro ou no seu entorno. Esse me parece ser o desafio hoje colocado dentro do Ibama e também de toda a sociedade que venha a avançar nesses processos de identificação da sociedade.

Parece-me que o nosso principal desafio é rompermos com essa visão que temos meio monolítica entre Unidades de Conservação, e o Ibama é a prova inconteste disso, o próprio instituto que deveria cuidar e ter talvez um centro que cuidasse de Unidades de Conservação. É dividido e muitas vezes as diretorias não se falam. É a partir daí que estamos defrontando hoje com o grande dilema que é a situação atual de Unidades de Conservação no estado do Pará, já começa pela dificuldade de você ter um único comando que fale sobre Flonas, que fale sobre Resexs, que fale sobre Rebios e assim por diante, parece uma departamentalização das Unidades de Conservação. Isso é trágico porque você perde a noção do todo. Estamos revendo isso a partir da reestruturação funcional do Ibama. Montamos dentro da estrutura do Pará um núcleo que é o Núcleo de Unidades de Conservação e que vai ser o responsável por gerenciar todas as Unidades de Conservação do estado, sendo a função precípua do nosso CNPT cuidar de todas as relações antrópicas e populações tradicionais, não só de Resexs, mas de tudo.

Em cima dessa discussão, acho que o Pará tem um dado extremamente positivo que é a experiência, mesmo assim, ainda de forma não tão rápida como queríamos, mas fundamental que é a visão da construção que chamo, talvez, o espaço mais avançado

de debates de Unidades de Conservação que são as Resexs, as Reservas Extrativistas. O meu companheiro Vergara tem todo um trabalho nas extrativistas marinhas, que demonstra uma nova visão, diferente do que tratamos aqui. Falamos muito, mas o que representou a Resex das extrativistas florestais para o Acre, talvez a Resex de extrativistas marinhas representou para o Pará. Então, há diferença na modelagem da nova estrutura geoespacial do nosso estado.

É nesta lógica que se pensa em avançarmos este debate em relação às Unidades de Conservação no estado.

E é partindo dessa situação que nós temos: umas poucas experiências que a relação antrópica, a relação da produção efetivamente das Unidades de Conservações funcionando. Temos, no caso de Flona, um espaço fantástico. Temos Tapajós que completa os 30 anos, mas temos Flonas mais antigos como Caxiuanã que agora estamos começando a fazer os planos de uso etc. Não conseguimos avançar nesses procedimentos e aí o Ibama acaba funcionando muito mais como instrumento de fiscalização e controle para não deixar invadir as Flonas e ocupa um papel hoje muito mais do que quando você tira os retratos via satélite, o que sobrevive ainda são as unidades indígenas e unidades de conservação, mas cumprem especificamente esse papel que é importante, sem dúvida, mas não consegue avançar no sentido dos planos de uso, dos planos de inserção social naqueles processos.

É nesta lógica que estamos colocando uma situação de mudança de paradigma com a inclusão do setor humano. E a partir daí (e já vou entrar no segundo momento do meu pensamento aqui) as Unidades de Conservações tendem a cumprir um papel fundamental em nosso estado. Acho que o Crisomar vai colocar o debate da proposta do Governo do Estado e, dentre essas, o principal desafio ao montar um Zoneamento Econômico-Ecológico é a metodologia por onde começar. A apresentada pelo Governo do Estado (acho que na palestra do Crisomar ele pode afirmar ou não), e irá ser aplicada primeiramente nas áreas antropizadas, ou seja, pelo nordeste paraense, onde você já tem um nível de inserção, de utilização humana muito maior. Nós achamos que é fundamental começar por lá sim, mas, principalmente, em áreas em que as Unidades de Conservação precisam ser realmente definidas e implementadas. E aí vou citar dois exemplos clássicos: temos a questão da Terra do Meio, temos a questão do Mosaico que podemos estar discutindo, apresentando o debate que várias instituições já apresentaram, o próprio Museu Goeldi já colocou isso; tem o debate talvez para sempre na região de Porto de Moz, ou seja, se não fizermos umas ações concretas da criação dessas Unidades de Conservação e começarmos o zoneamento por elas, vamos correr o risco de estarmos tentando fazer um microzoneamento no nordeste paraense e quando chegarmos a fazer o debate do zoneamento e criação das Unidades de Conservação da Terra do Meio, não existir mais, já o segundo debate que foi feito em Paragominas etc. Por exemplo: o governo do Estado, ao mesmo tempo em que anuncia uma visão de criarmos Unidades de Conservação na Terra do Meio, anuncia também o asfaltamento de Tucumã a São Félix; se não fizermos esse debate logo, vamos estar com um problema concreto e metodológico de zoneamento. A mesma discussão na 163, se não avançarmos na criação desse debate das Unidades de Conservação, pouco vai adiantar no segundo momento. Acho que as Unidades de Conservação cumprem um papel fundamental de ser, talvez, o primeiro passo de implementação do Zoneamento Econômico-Ecológico, você demarca e faz. E para nós é uma tarefa fundamental, para o Ibama ou para qualquer Unidade de Conservação: é que não basta criá-las no papel para que elas se efetivem. Hoje, a maior parte das Unidades de Conservação não são demarcadas, vide o último exemplo agora, estamos tentando pela terceira vez demarcar o Parque

Nacional da Amazônia, ali em Itaituba, e toda vez que se faz isso (pena que fiquei sabendo agora que eu era um dos palestrantes), penso que podemos demonstrar como é que funciona a relação econômica do parque: a cada tentativa estávamos bem no entorno de Itaituba, a segunda chegou bem perto e a terceira, agora, já temos fazendas dentro do Parque Nacional e mais uma vez a justificativa é de esperarmos o ano que vem para empurrarmos mais, conseqüentemente as coisas vão acontecendo. Daqui a pouco você não tem mais nada para conservar. A demarcação e, principalmente, utilização tornam-se fundamentais para revertermos esse quadro e para isto acho que temos dois aliados fundamentais: o primeiro tem que ser o debate com a sociedade, principalmente sociedade urbana; o segundo é com as comunidades locais, porque senão vamos ter um problema seríssimo de estarmos dizendo o que é melhor para eles sem efetivamente eles estarem defendendo os seus espaços.

Da última vez tentamos reverter esse quadro, mas quem fechou o Ibama no início do ano foram em torno de 300 agricultores familiares que colocaram 8 funcionários do Ibama reféns porque estavam demarcando a área do Parque Nacional; até sentarmos lá, discutirmos, colocarmos para eles que a alternativa do Parque Nacional, inclusive de turismo e outras estruturas e outras relações, até de demarcação para recebermos créditos via FNO, Pronaf e outras coisas, era muito mais benéfica, foi uma longa luta e, mesmo assim, ainda estamos com alto nível de tensão, ou seja, se coloca em confronto aqueles que podiam estar se beneficiando das Unidades de Conservação contra aqueles que utilizam-se da não-demarcação, dessa visão caótica de ocupação dos espaços aqui na Amazônia que visam a lucro, visam a essa estrutura.

Para finalizar, a nossa preocupação hoje dentro do Ibama é de reafirmarmos pelo menos três pressupostos básicos: 1) não podemos entender que existe uma Unidade de Conservação ideal; acho um grande equívoco falarmos que temos que criar Flonas, ou vamos criar Resexs, ou vamos criar Rebios, temos que ter a capacidade de trabalharmos com Mosaicos, caso contrário vamos estar perdendo a visão que já acumulamos da importância daquela visão onde você tem que ter várias Unidades de Conservação que dê vazão para as demais; 2) que essa discussão pressupõe uma visão espacial, e acho que isso significa não só o debate do zoneamento, mas uma visão espacial de compreensão da atuação do Estado, ou seja, é a demarcação, é a utilização de uso etc.; 3) essa discussão de Unidade de Conservação não pode ser desassociada do debate da utilização e, principalmente, da participação popular daquelas pessoas que vivem dentro ou no entorno dessas Unidades, caso contrário vamos estar criando Unidades de Conservação como algo isolado, e isso é fadado à destruição, seja por nós mesmos ou por quem está vivendo em seu entorno e não sabe a importância dele.

São essas as preocupações e no debate colocaremos mais dessa importância, dessa interação, desse cronograma que o Ibama quer montar a partir de agora. Lembrando que há um compromisso do programa de governo do Presidente Lula, especificamente da Ministra Marina Silva, de criação de 13 milhões de hectares de Unidades de Conservação para a Amazônia. O Pará tem em meta serem criados 8 milhões de Unidades de Conservação, e queremos trabalhar para que não exista Unidade de Conservação carimbada, ela pode ser federal, estadual, municipal, porque o fruto dela é a preservação, é a garantia da renovação dos recursos naturais, e para isso o Ibama trabalha junto no sentido de buscar o convencimento, seja do Governo do Estado, sejam das prefeituras, de mantermos essa meta, pelo menos para começarmos a implantar uma grande e substantiva parcela desses 8 milhões para o estado do Pará ainda este ano. Muito obrigado.

Ima Vieira – Vamos agora ao segundo palestrante que é o Leandro Ferreira, do Museu Goeldi, que vai nos falar do Desmatamento e Conservação: o caso das UC's no Pará.

Leandro Ferreira (MPEG) – Boa tarde a todos. Vou ser o mais breve possível porque às vezes exagero um pouco no número de *slides*, mas desta vez resolvi ser bastante sucinto.

Mudei um pouco o termo da nossa apresentação, porque na verdade temos trabalhado nos últimos tempos o *Desflorestamento* e não Desmatamento. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), órgão responsável pelo cálculo das taxas de desmatamento da Amazônia Legal brasileira, na verdade analisa dados de desflorestamento da Amazônia Legal, pois inclui em sua análise somente um tipo de fisionomia, as florestas, não sendo analisadas outros tipos de fisionomias, como, os cerrados, comuns no estado do Pará e Mato Grosso, que nos últimos anos têm sofrido com expansão de culturas anuais.

Vamos falar rapidamente, porque o Dr. Marcílio do IBAMA comentou um pouco sobre a importância de Unidades de Conservação em deter o desmatamento na Amazônia. Agora, vamos analisar, quantitativamente, a importância das Unidades de Conservação e Terras Indígenas, daqui para frente denominadas de áreas protegidas, ou seja, vamos sair dessa questão de dizer que funciona ou não funciona, e mostrar o que funciona de maneira clara e analítica.

[slide] O modelo clássico de ocupação na Amazônia Legal ou em qualquer outra região do Brasil é baseado em converter sistemas complexos e heterogêneos em sistemas simples e homogêneos, sendo este o padrão de ocupação de vários Biomas brasileiros e mundiais.

O que acontece nesse modelo é a perda de funções ambientais, com alterações da estrutura da paisagem devido à conversão através do corte rasteiro, o que resulta na destruição dos sistemas econômicos e sociais e tendo como consequência a diminuição na qualidade ambiental ao longo do tempo. Este padrão de ocupação tradicional no Brasil tem consequências graves. Neste slide, onde aparece o Bioma Mata Atlântica, na cor magenta, nota-se a cobertura original da mesma, enquanto, na cor verde, é apresentada sua cobertura atual, estimada em cerca de menos de 7%.

Enquanto isso, na Amazônia Legal, vocês podem ver neste slide um gráfico que já está todo mundo bastante cansado de ver, onde é mostrada a porcentagem de desflorestamento em função do tempo, sendo que o que mais preocupa são as últimas 2 barras do gráfico entre 2002 e 2003, equivalentes a mais ou menos 56.000 km² de área desflorestada na Amazônia Legal.

[slide] A distribuição do desflorestamento na Amazônia Legal representa 16,3%, ou cerca de 653.00 km² entre 1988 e 2003. Relembrando que este mapa só mostra o desflorestamento, não sendo calculada a distribuição de ambiente como o cerrado e os campos abertos.

Nesta parte da apresentação vamos falar sobre as áreas protegidas do Pará. Para evitar problemas semânticos, neste estudo, as áreas protegidas são definidas como o conjunto de Unidades de Conservação de Proteção Integral, Uso Sustentável e as Terras Indígenas.

[slide] As Unidades de Conservação de Proteção Integral estão representadas na cor verde, as Unidades de Conservação de Uso Sustentável na cor azul e as Terras Indígenas são representadas na cor vermelha, no conjunto geral das áreas protegidas federais, estaduais e municipais do estado do Pará, obviamente estas últimas não

aparecem claramente neste mapa, devido à escala de projeção. Neste slide podemos fazer uma comparação da proporção de área ocupada pelas Unidades de Conservação de Proteção Integral, Uso Sustentável e as Terras Indígenas no estado do Pará. Contudo, o mais interessante é comparar as diferenças do sistema federal e estadual de Unidades de Conservação no estado, por exemplo, todo o sistema de Unidades de Conservação do estado do Pará é composto somente por Áreas de Proteção Ambiental (APA), uma categoria de Unidade de conservação bastante limitada, pois na mesma são permitidos qualquer uso e ocupação do solo.

Outra conclusão importante é que o sistema estadual de Unidades de Conservação de proteção integral, no Pará, é insignificante em relação à área do estado, pois o mesmo é representado somente pelo Parque Estadual Martirius Andorinhas com 24.000 hectares. As outras unidades têm áreas muito pequenas e pouco representativas, não justificando sua classificação como unidades de proteção integral.

Vamos mostrar a importância das áreas protegidas usando como exemplo os estados de Rondônia, Mato Grosso e Pará, tradicionalmente apontados como os grandes responsáveis pelo desflorestamento da Amazônia. Por exemplo, a participação desses estados no desflorestamento total na Amazônia Legal entre os anos de 2001 a 2003, foi de 86%, 85% e 89% de toda área desflorestada da Amazônia Legal. Agora, o mais interessante é determinar como está distribuído esse desflorestamento dentro ou fora do sistema de áreas protegidas na Amazônia Legal.

[slide] Podemos ver o desflorestamento nos estados de Mato Grosso e Rondônia. Contudo, o que vocês estão vendo na cor vermelha é a grande proporção de desflorestamento fora das áreas protegidas, sendo que a cor azul representa o pequeno desflorestamento dentro das áreas protegidas. Neste slide podemos ver o estado do Pará, onde é observado o mesmo padrão. Contudo, o que mais chama a atenção é a proporção de desflorestamento ocorrido dentro de uma categoria específica de Unidade de Conservação, as APAs, por exemplo, a APA da Ilha do Marajó.

[slide] Podemos sintetizar os resultados mostrados nos mapas anteriores. Nestes gráficos, é mostrada em negrito a **proporção total do desflorestamento**, a barra em azul representa o desflorestamento dentro de áreas protegidas, a barra em vermelho representa o desflorestamento fora das áreas protegidas e, finalmente, a barra em verde representa a diferença do desflorestamento dentro ou fora das áreas protegidas. Desta forma, esta diferença é cerca de 12 vezes na Amazônia Legal, 20 vezes no estado do Pará e cerca de 10 vezes nos estados de Rondônia e Mato Grosso.

Vamos, agora, mostrar alguns exemplos em maior detalhe deste processo.[slide] Podemos ver a região da Terra do Meio, situada entre os interflúvios dos rios Xingu e Iriri, onde vocês podem ver o mosaico de áreas protegidas de diferentes categorias de manejo. Aqui podemos ver o desflorestamento em diferentes anos, observado próximo ao mosaico de áreas protegidas representado por Unidades de Proteção Integral (Rebio do Tapirapé), Unidades de Uso Sustentável (Floresta Nacional de Carajás, Floresta Nacional de Tapirapé e a APA do Igarapé Gelado), sendo que esta última encontra-se bastante desflorestada. Finalmente, este mosaico é formado por algumas Terras Indígenas. O mais importante neste mapa é notar a importância deste mosaico de áreas protegidas em segurar o processo de expansão do desflorestamento.

[slide] Podemos observar o mesmo modelo de distribuição espacial do desflorestamento em nível municipal, usando como estudo de caso o município de Marabá. Neste município o processo de desflorestamento é crescente ao longo do tempo e as grandes áreas florestais do município, ainda intactas, estão representadas pela Floresta Nacional e a Rebio do Tapirapé.

[slide] Podemos ver um padrão semelhante no estado de Rondônia, entre as cidades de Nova Mamoré e Guajará-Mirim, onde é possível ver claramente o desflorestamento em diferentes estágios, formando nitidamente um efeito espacial conhecido como *espinha de peixe*. Nesse processo o desflorestamento começa com a abertura da estrada principal, acompanhada pelo desflorestamento causado pela abertura de estradas vicinais ou ramais. Contudo, a extensão deste processo é completamente diferente quando existe um conjunto de áreas protegidas próximas a estradas ou ramais, aqui exemplificado pela presença das Terras Indígenas do Igarapé Lage e Ribeirão e pelas Unidades de Conservação, Parque Estadual do Guajará-Mirim e Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto. Este conjunto de áreas protegidas, apesar de pouco implementadas, seguraram o processo de expansão do desflorestamento ao longo das estradas e ramais nesta região.

[slide] Observamos a proporção do desflorestamento ocorrido dentro das áreas protegidas na Amazônia Legal, separadas por categorias de manejo e jurisdição, ou seja, Unidade de Proteção Integral, Uso Sustentável e Terras Indígenas sobre jurisdição federal e estadual.

[slide] Podemos observar os estados da Amazônia Legal e a proporção de desflorestamento dentro das Unidades de Proteção Integral, Uso Sustentável e Terras Indígenas. Pelo gráfico, observa-se claramente que o desflorestamento é sempre menor nas Unidades de Conservação de Proteção Integral, em comparação com as Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Terras Indígenas, e que a diferença do desflorestamento observado entre estas últimas categorias varia entre os estados analisados. Por exemplo, nos estados de Mato Grosso e Rondônia a proporção do desflorestamento é maior nas Terras Indígenas, enquanto no estado do Pará, a maior proporção ocorreu nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Isto pode ser explicado pelo fato do estado do Pará ter um conjunto de Unidades de Conservação de Uso Sustentável composto somente por um tipo de categoria, as Áreas de Proteção Ambiental (APA). Dos 46,4% da proporção de desflorestamento ocorrido nas Unidades de Uso Sustentável no estado do Pará, 45,4% ocorreram nas APAS. Enquanto o sistema federal de Unidades de Conservação Federal é representado por um mosaico de Unidades em diferentes categorias de manejo, composto por Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas e uma APA, o sistema estadual é fortemente representado por esta última categoria de manejo. Resumindo, o estado do Pará coloca grande força na representatividade de suas unidades estaduais em uma categoria de manejo bastante frágil. Quais as implicações desta estratégia em termos de preservação e conservação dos recursos do estado do Pará?

Neste slide podemos ver, novamente, o conjunto atual de áreas protegidas existentes no estado do Pará e, neste outro slide, as áreas protegidas propostas pelo Macrozoneamento do estado, onde a cor verde representa as propostas para a criação de unidades de proteção integral e a cor azul as propostas de criação de unidades de uso sustentável. A questão simples é: serão todas as áreas propostas para criação de unidades de uso sustentável no macrozoneamento do estado do Pará colocadas na categoria de APA?

A parte final da apresentação vai lidar com o efeito da proporção do desflorestamento em relação às estradas, onde pretendemos eliminar a crença comum de que as áreas protegidas na Amazônia legal têm menos desflorestamento porque estão localizadas longe das estradas.

[slide] A região localizada no rio Tapajós, próximo da confluência das estradas BR-230 (Transamazônica) e BR-163 (Cuiabá-Santarém) é interessante porque existe um mosaico de áreas protegidas de diferentes categorias próxima a estas estradas, como, o Parque Nacional da Amazônia, a Reserva Extrativista Tapajós/Arapiuns e a Floresta Nacional do Tapajós. Neste slide vocês podem notar as estradas e o desflorestamento observados até o ano de 2003, sendo que este processo pode ser quantificado. Por exemplo, se você colocar uma zona tampão de 50 km de cada lado da estrada dividida em intervalo de 2 km e, posteriormente, calcular a proporção de áreas desflorestadas e intactas a cada intervalo, isto vai gerar um gráfico que vemos neste slide, onde aparece o clássico padrão de grande proporção de desmatamento próximo à estrada e um rápido decréscimo do mesmo, conforme nos afastamos dela.

No entanto, uma análise mais objetiva seria mostrar como ocorre este padrão dentro ou fora das áreas protegidas. Neste slide podemos ver duas curvas mostrando a proporção de desflorestamento: curva vermelha com cerca de 80% de proporção de desflorestamento, próximo à estrada ocorre em regiões fora de áreas protegidas, enquanto curva azul, com cerca de 40% de proporção de desflorestamento, próximo à estrada ocorre dentro das áreas protegidas. Isto demonstra, de maneira clara, a importância de termos um mosaico de áreas protegidas ao longo das estradas, a fim de minimizar o efeito do desflorestamento.

As conclusões deste estudo são:

1. As áreas protegidas são eficientes na diminuição do efeito desflorestamento.
2. Existe diferença significativa na proporção de desflorestamento em relação às categorias de manejo das Unidades de Conservação. Contudo, essa proporção é sempre menor nas Unidades de Conservação de Proteção Integral.
3. Quanto mais próximo das estradas maior é a proporção do desflorestamento. Isso acontece dentro ou fora de áreas protegidas. Contudo, esta proporção é sempre menor dentro das áreas protegidas.
4. Isso refuta a idéia comum de que o desflorestamento dentro de áreas protegidas é menor porque essas áreas estão afastadas das estradas.

Era isso que eu tinha a falar, muito obrigado por sua atenção.

Ima Vieira – Agora a apresentação do Crisomar, seguida do Leandro, mas não foi de propósito não, Crisomar, foi pura coincidência. Agora vais falar sobre o Zoneamento e a criação das novas Unidades de Conservação. Agradeço aos palestrantes, Marcílio e Leandro, pelo uso do tempo exatamente na hora prevista. Tens 20 minutos.

Crisomar Lobato – Boa tarde. Vou passar rapidamente a primeira parte para tentar cumprir o tempo previsto. Fico feliz em saber que dos três estados mais alterados da Amazônia, o Pará é o que tem o menor percentual de alteração dentro das Unidades de Conservação, muito menos que Rondônia e Mato Grosso.

Esta apresentação é para duas horas, mas vou resumir em 20 minutos; passarei direto em alguns slides, apenas para que fique registrado na memória, qualquer pergunta e esclarecimento pode ser feito aqui ou na Sectam.

Esta parte é o componente ecológico do Zoneamento, o qual denominamos de *Ecologia e os Espaços Territoriais Protegidos*, que de acordo com as análises do meio econômico e do meio sociopolítico, cuja interação dessas forças, desses conhecimentos, resultou no *Macrozoneamento Ecológico-Econômico do estado do Pará*, com indicação

das macroáreas de Conservação e Preservação, Consolidação das Atividades Produtivas, Expansão e Recuperação de Áreas Alteradas.

Todos nós da equipe de elaboração do Zoneamento, composta por profissionais de várias áreas de conhecimento, trabalhamos de acordo com os objetivos primordiais e sempre ouvindo uns aos outros, sempre estávamos atentos aos novos conhecimentos técnico-científicos e também às condições políticas. O nosso principal objetivo, sempre ouvindo o pessoal da socioeconomia e os políticos com quem estamos sempre em contato, é a preservação representativa da Biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais. Isto está na Constituição do Estado do Pará, assim como em toda a legislação ambiental brasileira e estadual.

A consolidação de áreas para o manejo florestal foi baseada em trabalhos já existentes; nós não inventamos nada, usamos os trabalhos do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama, do antigo IBDF. Por exemplo, a unidade de conservação de proteção integral indicada na ilha do Marajó é uma indicação do IBDF e do Radam Brasil. Como vão ver no final, são coisas que já vêm rolando há muito tempo. São trabalhos já consolidados, porque estou há aproximadamente 22 anos trabalhando em Zoneamento Ecológico-Econômico no estado. Consolidamos em um ano, mas só eu estou há 22 anos. Venho desde o IDESP trabalhando nisso, selecionando áreas, estudando, vendo o que é importante, indo lá, sobrevoando, vendo a condição dessas áreas, se servem ou não para uma Unidade de Conservação e ouvindo as comunidades interessadas e as forças políticas, onde é que vai ter investimento. Temos que entrar neste equilíbrio, nesse meio todo.

Um outro objetivo foi a indicação de áreas para o ecoturismo, recreação, pesquisa científica e educação ambiental, que são as Unidades de Conservação do grupo de proteção integral. Trabalhamos com o mínimo de 10% da área territorial paraense para criação de unidades de conservação de proteção integral. Dez por cento do estado do Pará equivale a 50% do estado de São Paulo, ou três estados do Rio de Janeiro ou 51% do Reino Unido. É muita terra, é muita área. Pode ser pequena em relação ao tamanho do estado, mas é área suficiente. Creio que é um consenso que com 10% distribuídos em amostras representativas em Unidades de Conservação implantadas e gerenciadas, teremos uma garantia da preservação de amostras representativas da Biodiversidade do estado.

Um outro objetivo nosso é a conservação e proteção de água doce, visto que o Pará tem 40% da água doce do Brasil e 62% das águas internas da Amazônia. Então temos grande quantidade de água doce no estado do Pará.

Outro objetivo é a contribuição para o equilíbrio climático, o que é natural, assim como a geração de emprego e renda, melhorando a qualidade de vida das comunidades e geração de divisas para o Estado. Vamos estudar e ver quanto valem essas florestas, quanto vale a fixação de gás carbônico, o equilíbrio climático, para podermos entrar nessa seara de captar recursos internacionais, mantendo a nossa floresta de pé.

A legislação todo mundo conhece, trabalhamos sempre de acordo com ela, visto que o Zoneamento Ecológico-Econômico deste estado está aqui no art. 254 da Constituição do Estado do Pará: *Que o poder público estadual realizará o Zoneamento Ecológico-Econômico de modo a compatibilizar o desenvolvimento com a preservação e a conservação do meio ambiente, bem como promoverá o levantamento e o monitoramento periódico da área geográfica estadual, de acordo com as tendências e desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, de modo que o Zoneamento esteja sempre atualizado, garantindo a conservação das amostras representativas dos*

ecossistemas. Então, de acordo com os artigos 254 e o 255, que mandam criar as Unidades de Conservação do Estado do Pará, nos amparamos legalmente na elaboração de propostas para o Zoneamento.

Continua a legislação e o método que utilizamos foi: levantar as áreas legalmente protegidas, as de proteção integral (federais, estaduais e municipais), as de uso sustentável também nos três níveis de governo, as terras indígenas e as terras de quilombos.

Levantamos isso tudo, fizemos o levantamento dos macrotrabalhos de vegetação, principalmente do IBGE e do Ministério do Meio Ambiente, de Biodiversidade em todas as áreas, ecossistemas, serviços ambientais, ecorregiões com o trabalho do nosso amigo aqui presente (Leandro Ferreira). Muito obrigado! Só fizemos uma pequena adaptação para ser discutido ao longo desse processo. Corredores Ecológicos, Reservas da Biosfera e Sítios Ramsar; levantamento de trabalhos das áreas econômica, cultural, histórica, geológica, arqueológica e espeleológica; levantamento de trabalhos indicando áreas para criação de Unidades de Conservação de proteção integral e de uso sustentável; organização e consolidação dos dados. Este trabalho aqui foi do Imazon, do Instituto Socioambiental, do Ministério do Meio Ambiente, do Museu Paraense Emílio Goeldi. Os trabalhos da Embrapa foram utilizados com indicação de áreas diretas. Organização, priorização e indicação de áreas resultantes dos estudos, pesquisa e consolidação para a elaboração do trabalho para discussão sobre os macroespaços territoriais protegidos. O que isso quer dizer: estamos propondo essas áreas, não quer dizer que vão ser exatamente ali, o limite é aquele, estamos dispostos a discutir, redimensionar, só não dá para mudarmos tudo, precisamos de 90 dias e já se passaram 10 dias, de uma lei que regulamente o Macrozoneamento, no geral, com 10% do território paraense como unidades de conservação de proteção integral e 29% para uso sustentável. Vamos ver como fica a questão das terras indígenas e titular as terras de quilombos.

Este é um trabalho sobre os ecossistemas aquáticos, aquáticos/terrestres e ecossistemas terrestres.

Nos ecossistemas antrópicos está a contaminação por mercúrio, esse trabalho todo de lixo e esgoto a céu aberto nas cidades, os aquáticos/terrestres com exploração seletiva de madeira e os terrestres com desflorestamento e queimadas.

Aqui está o percentual, esse quadro nos indica a área geográfica do estado; 2% do estado são de ecossistemas aquáticos separados em 1,6 de leites naturais e 0,2 do lago de Tucuruí. Então, 2% da área geográfica estadual são cobertas de água, 7% de ecossistemas aquáticos/terrestres. O nosso grande diferencial são os igapós, as várzeas, florestas e campos de várzeas propícios, principalmente, para o ecoturismo. Os nossos igapós são bonitos, atrativos para ecoturismo. Os manguezais, as restingas os campos de várzeas, isso tudo alcança 7% da área geográfica do estado.

Temos os ecossistemas terrestres, que separamos em antropizados e naturais; 69% da área do estado do Pará de ecossistemas terrestres estão conservadas e, em sua maioria, preservada. É muita terra. É muita coisa. Se você pega um avião daqui para Santarém, e olha para baixo, tem muito verde. Você pode ver também muitos focos de queimadas, o que é assustador, mas realmente tem muita área ainda conservada, muita área preservada. Esse trabalho foi até 2002 de desflorestamento, são dados do INPE e da Divisão de Sensoriamento Remoto da Sectam. São dados aproximados: 17% de desflorestamento mais 5% de outras áreas, povoados, vilas e estradas somam 22% do ecossistema terrestre do estado do Pará antropizado, com 69% de áreas preservadas. Temos 91% terrestres, 7% de ecossistemas mistos e 2% de área aquática.

Aqui colocamos a observação que não está inserida nessas áreas antropizadas os ecossistemas aquáticos alterados por mercúrio nem as florestas de várzeas empobrecidas pela retirada de madeira comercial.

Aqui é o rio Amazonas, ecossistema de água doce barrenta. Este aqui são campos naturais salinos em São João de Pirabas e aqui é um exemplo de ecossistema antrópico: essa casa foi feita em Algodual de mangue, só que o rapaz que fez esta casa utilizou o mangue caído, a maré vem e derruba, ele vai lá e pega. É uma coisa para ser pensada: temos 32 habitantes por km² na zona costeira, contra 4% por km² no interior do estado. Temos que pensar nessa coisa: como é que vamos organizar esse povo todo na zona costeira com a legislação vigente?

O primeiro mapa que mostramos foi o de vegetação, uma composição feita do mapa do IBGE com o mapa do Ministério do Meio Ambiente, de vegetação. Organizamos, remontamos. Podemos ver aqui claramente a mega floresta densa ombrófila de terra firme da Calha Norte e na Terra do Meio, as florestas abertas e as florestas densas. Podemos, também, ver as florestas de várzea aqui em Gurupá, Melgaço. Com isso já dá para termos uma noção de onde estão os ecossistemas e o tipo dele, os campos naturais, os cerrados, as florestas abertas, densas, campos de altitude distribuídos no estado do Pará. E paralelo a esse trabalho utilizamos um mapa de hidrografia do estado.

Utilizamos o mapa de alteração da cobertura vegetal, que é esta parte aqui do leste do estado, a Transamazônica a Cuiabá/Santarém e a Calha do rio Amazonas, a PA-254, se não me engano; vemos aqui o Marajó também com essas alterações aqui no oeste e no sul. Fomos montando esse trabalho, sempre observando a parte econômica, importantíssima, bem como a parte social e política.

Observamos aqui a Biodiversidade. Fizemos a montagem dos trabalhos sobre os centros relevantes para conservação da Biodiversidade de Manaus 90 e Macapá 99, principalmente. Participei do trabalho de Manaus 90 e o de Macapá não participei, mas tive acesso a esse trabalho. Fizemos uma sobreposição dessas áreas, onde eliminamos as menos importantes e só utilizamos as principais áreas de importância, resultando em 19 áreas de extrema importância; 20 de altíssima importância e 12 de alta importância, somando 51 áreas de importância para a preservação da biodiversidade baseado nesses megatrabalhos. Em Manaus, no ano de 1990, o Dr. Guilherme de La Penha representou o Museu Paraense Emílio Goeldi e eu fui pelo IDESP. Participamos dos trabalhos, organizamos, opinamos sobre esses centros. Aqui trabalhamos com a lista do Ibama e estamos agora em contato com o Museu e a Conservação Internacional que estão elaborando a nova lista das espécies ameaçadas de extinção no estado do Pará e, quando ficar pronta, vamos trabalhar com essa lista, tanto de flora quanto de fauna.

Os serviços ambientais, principalmente o trabalho de Macapá, leva-nos a perguntar: quanto custa a água liberada pelas florestas para a atmosfera que retorna em forma de chuva? Esse valor podemos negociar, trabalhar? Quanto custa isso? Quanto custa o hectare da floresta amazônica no equilíbrio climático do planeta? Qual o valor dos nutrientes acumulados nas árvores? Quanto custa isso, para que possamos negociar, trabalhar, ter um valor para poder discutir esse assunto?

Este é o mapa final da biodiversidade. Temos em vermelho as áreas de extrema importância, nas verdes as de altíssima importância e nas amarelas as de alta importância. Isso não quer dizer que as áreas brancas sejam para serem destruídas, não, claro que todos nós sabemos que podem ter áreas muito importantes aqui pelo meio, dependendo dos estudos, das pesquisas. Então podemos indicar essas novas áreas para unidades de conservação.

As ecorregiões foram feitas de acordo com o trabalho do Museu Goeldi. Fizemos uma pequena adaptação, porque acho que tinham 14 áreas indicadas para o estado do Pará, chegamos a 16 ecorregiões. Numa segunda fase é que vamos trabalhar com os autores responsáveis como o Leandro e outras pessoas que trabalham com ecorregiões, para que possamos realmente ter uma representatividade das Unidades de Conservação nessas ecorregiões.

Dos corredores ecológicos, onde também participei dos trabalhos, no Pará ficaram o Corredor Ecológico da Amazônia Central, o Corredor Ecológico do Leste da Amazônia, que antigamente era o Corredor Ecológico do Sul da Amazônia, e o Corredor Ecológico dos Ecótonos Sul Amazônicos (serra do Cachimbo). Vamos trabalhar tentando viabilizar e organizar esses corredores ecológicos. Aqui temos o mapa com as 16 ecorregiões no estado do Pará.

Neste caso, a proposta é de criação das Reservas da Biosfera, mas o que o governo está apostando é na Reserva da Biosfera da Calha Norte; as outras propostas de Reservas da Biosfera são técnicas (quando chegar no mapa final vou explicar melhor).

Neste mapa, nós temos os espaços protegidos. Os critérios que utilizamos foram os de trabalhar com amostras de ecossistemas preservados, distribuição de espécies e distribuição de ecossistemas, centros relevantes para conservação da biodiversidade e as ecorregiões, assim como com populações de espécies ameaçadas de extinção; os trabalhos, principalmente da UFPA sobre cavernas, grutas, dolinas, valor espeleológico; trabalhos do MPEG sobre sítios arqueológicos, importantes sítios históricos e de relevância cultural. As belezas cênicas e áreas para o desenvolvimento do ecoturismo, este trabalho veio do Proecotur (Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal). Os recursos naturais para o manejo sustentado foram, principalmente, de acordo com os trabalhos do IMAZOM, ISA, RADAM e IDESP.

Bem, realizamos o levantamento das Unidades de Conservação legalmente constituídas, estas aqui são as quatro unidades de proteção integral do Ibama. As 18 unidades de uso sustentável também do Ibama, o tamanho delas, a legislação e a localização geográfica. Aqui estão as 3 unidades de proteção integral do governo do Estado, da Sectam, são muito pequenos esses parques, só o Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas é maior (24.897 há), o Parque Estadual Monte Alegre tem 5.800 hectares (58 km²) se não me falha a memória.

Esta foto aqui é a Serra das Andorinhas: água, estrutura ruiforme, gravura rupestre com 8.300 anos de existência e ali a orquídea terrestre da Serra das Andorinhas.

Aqui é o Parque Estadual Monte Alegre e aqui a Caverna do Itatupaoca, ali a Serra do Ererê. Esta foto é do Parque do Utinga, aqui perto de nós, o lago e uma garça, ainda tem uma quantidade razoável da fauna no Parque Ambiental de Belém (Utinga).

Temos aqui as 9 unidades de conservação de uso sustentável da Sectam, a característica, creio eu, que a maior Unidade de Conservação do mundo seja a APA do Arquipélago do Marajó e a única numa Constituição.

Eu também participei do capítulo de meio ambiente da Constituição Estadual e fomos contra que a APA do Arquipélago do Marajó constasse na Constituição. Só que tiraram da Comissão de Meio Ambiente e colocaram em outra comissão. Uma coisa assim, que aceitaram colocar na Constituição, já que está, vamos continuar nessa luta.

Esta foto é da APA Algodual. As unidades municipais de proteção integral são 3, uma em Salvaterra, o Parque Ecológico do município de Belém e o Parque Ecológico da ilha do Mosqueiro.

Aqui nós temos as 8 unidades municipais de uso sustentável.

Aqui são as reservas particulares (RPPNs). Temos 4 Unidades de Conservação. Talvez o estado do Pará tenha a maior APA (56.000 km²) e uma Unidade de Conservação com apenas 0,06 Km², que é a Reserva Particular do Patrimônio Natural Samaúma, em Barcarena

Aqui são as terras indígenas; estes dados são do Programa Raízes, podem ser conflitantes, mas a explicação é o seguinte: estamos trabalhando com os dados que a Funai encaminhou ao Programa Raízes, onde identifica 60 Terras Indígenas, 45 com áreas definidas, sendo 24,8% do estado e 19 sem áreas definidas. O Programa Raízes confirma 42 terras indígenas equivalentes a 23% do Estado.

A diferença é de 1,8%. Então, nós no Zoneamento trabalhamos com 24,8% do estado como terras indígenas e as terras de quilombos tituladas são apenas 0,4% do estado, sendo 20 terras de quilombo tituladas pelo Iterpa e 7 pelo Incra, o que é muito pouco. Temos, aproximadamente, 23 mil índios para uma área de 25% do Estado, isto equivale a uma área maior do que o estado de São Paulo, onde vivem 37 milhões de pessoas.

Aqui estão as propostas do Zoneamento Ecológico-Econômico do estado do Pará. São 24 Unidades de Conservação de proteção integral com os municípios e as áreas. As categorias de manejo estão conosco. Não colocamos porque vamos discutir essas categorias de manejo com os seguimentos interessados, principalmente com as comunidades diretamente envolvidas. Mas temos a nossa proposta, as reservas biológicas, as estações ecológicas, os monumentos naturais, os refúgios de vida silvestre e os parques estaduais. A questão da terra, se ela é federal ou estadual ou municipal, é uma coisa que tem que ser pensada. O que importa é a organização, é a vontade de fazer, pelo menos, o macrozoneamento. Depois vamos discutir os detalhes. Isso é muito importante.

Aqui nós temos as 11 unidades de uso sustentável propostas no Macrozoneamento Ecológico-Econômico.

O estado tem 1,3% de proteção integral. Estamos propondo mais 9%, somando, aproximadamente, 10% da área territorial paraense e 9% de uso sustentável, já criadas com mais 20% de proposta, chegaríamos a 29% do estado do Pará para uso sustentável, principalmente o manejo florestal; são áreas gigantescas propostas para uso sustentável. As categorias de manejo seriam as APAs, RDSs, Reservas Extrativistas, Áreas de Relevantes Interesses Ecológicos, Florestas Estaduais e Reservas de Fauna. Vamos discutir, vamos propor a criação de cada unidade. O estado está propondo aqui uma RDS e aí vamos ver se temos razão, se temos justificativa técnico-científica para dizer que aquela área realmente é para uma reserva de uso sustentável, se ela é a melhor categoria para isso.

Aqui é o final, juntando tudo chegaremos a, aproximadamente, 64% do estado com áreas legalmente constituídas: 10% de proteção integral, 29% de uso sustentável, 24,8% de terras indígenas, ampliaremos as terras de quilombos. Então, ficaríamos com 36% do estado para consolidação das atividades produtivas (agricultura, pecuária, mineração, indústria etc.). Isso não quer dizer que os 36% serão completamente alterados. Vamos elaborar um programa de proteção e recuperação das massas ciliares do estado do Pará; principalmente ao longo da PA-151, nordeste paraense, Transamazônica, Cuiabá/Santarém e próximo as sedes dos municípios da Calha Norte. Junto com isto, vamos criar unidades, assim como ajudar os municípios a criarem suas próprias Unidades de Conservação nos 36%, onde vamos começar o Zoneamento Ecológico-Econômico detalhado.

Este aqui é o mapa final. Aqui temos a Terra do Meio, no centro a proteção integral e no entorno o uso sustentável. Aqui a entrada do desmatamento na estrada do Canopus em frente a São Félix do Xingu.

Propomos 5 reservas da biosfera: na Calha Norte, na Serra do Cachimbo, na Terra do Meio, no Marajó e na Costa Atlântica, um Sítio Ramsar na APA do Arquipélago do Marajó.

O Governo do estado do Pará apóia plenamente a Reserva da Biosfera da Calha Norte, que alcança 20% do estado do Pará, uma área do tamanho do estado de São Paulo. Dá para fazer um grande corredor ecológico, vindo desde Mamirauá, alcança as terras indígenas lá do norte do estado, onde termina o corredor da Amazônia Central, entramos aqui com a reserva da biosfera Calha Norte proposta neste trabalho e chegaríamos no Parque Nacional de Tumucumaque (estado do Amapá), com 3 milhões de hectares, provavelmente seja o maior parque do mundo e de lá alcançaremos o Oceano Atlântico, resultando num gigantesco corredor ecológico, ancorado em uma estrutura de Unidades de Conservação governamentais e particulares de proteção integral e uso sustentável, terras indígenas e terras de quilombos.

Para organizar tudo isso, criar, administrar, gerenciar as Unidades de Conservação, necessitamos do fortalecimento das Instituições com diretrizes e objetivos voltados para o estudo proposto.

O que estamos pensando, a Sectam, como está estruturada atualmente, não dá conta. Temos que discutir um novo modelo organizacional para a Secretaria ou partir para a criação de Institutos de Mineração, de Águas, de Florestas. Estou propondo uma discussão para a criação de um Instituto de Biodiversidade ou Instituto Paraense de Unidades de Conservação, porque Institutos de Florestas ficam muito direcionados para o manejo florestal. Sabemos que a legislação é muito boa, o que falta são instituições sólidas, organizadas, estruturadas para implantar e administrar todas essas áreas propostas.

Ima Vieira – O entusiasmo, Crisomar e os 22 anos dele trabalhando no zoneamento permitiu que passasse 10 minutos.

Temos agora o José Maria Cardoso que vai nos falar dos Mosaicos Sustentáveis e Conservação no Pará.

José Maria Cardoso – Nesta palestra eu vou substituir o termo Mosaico Sustentáveis por Territórios Sustentáveis para manter uma sugestão dada pela Doutora Bertha Becker.

Eu gostaria de agradecer ao Museu Goeldi e ao Ibama pela organização do evento. Ao Ibama, principalmente, porque este Ibama parece ser diferente, pois nunca tínhamos discutido sobre as Unidades de Conservação no Pará e olha que tenho acompanhando essa discussão há muito tempo. Já discutimos concessões florestais, fiscalização, caça, pesca etc., mas nunca discutimos sobre as Unidades de Conservação. Também fico muito feliz pela presença do Crisomar aqui. Geralmente, o estado do Pará evitava discutir sobre Unidades de Conservação. Havia aquela estranha idéia de que Unidades de Conservação inibiam o desenvolvimento estadual, uma falsa premissa. Acho que é a primeira vez que o estado do Pará envia um representante para uma reunião deste tipo visando a apresentar uma proposta concreta sobre o que o governo estadual pretende fazer para garantir a conservação da biodiversidade no Pará. Eu considero esta proposta que o Crisomar apresentou como um grande avanço do atual governo estadual.

A minha palestra é sobre o Território Sustentável e a Conservação no Pará. Eu gostaria de iniciar com o seguinte enunciado: a conservação da biodiversidade é fundamental para o desenvolvimento de uma economia moderna e sustentável. Não se pode pensar numa economia moderna e sustentável sem se pensar, ao mesmo tempo, em um programa de conservação da biodiversidade.

Por quê? Esta figura mostra como deveria funcionar uma economia moderna e sustentável. De um lado temos os recursos naturais e renováveis que são usados para a produção econômica, o que gera consumo e receita, gerando melhoria de qualidade de vida. Entretanto, o uso dos recursos naturais na economia também gera um produto final que são lixos e emissões. Parte daqueles lixos e emissões podem ser reciclados e reutilizados para entrar de novo na cadeia de produção, mas uma parte importante precisa ser gerenciada de forma integrada para não influenciar na qualidade de vida da população. Assim, uma economia moderna e sustentável precisa ter o apoio de dois sistemas muito importantes de gerenciamento: o primeiro é um sistema de proteção ambiental, que visa tanto a manter os ecossistemas e os serviços ambientais essenciais para garantir a qualidade de vida, como a controlar os efeitos negativos dos lixos e emissões produzidos pelo uso dos recursos naturais. O segundo é um sistema de gerenciamento dos recursos naturais que são usados na produção e consumo para manter de forma sustentável a base da atividade econômica. Então, uma economia moderna e sustentável requer esses dois sistemas. Não se pode ter uma economia moderna e sustentável sem ter esses dois sistemas de apoio. Por isso que as unidades de conservação e a conservação da biodiversidade são essenciais neste contexto.

Para garantir a conservação da biodiversidade é necessário planejar o uso do território na escala adequada. Não adianta se pensar em conservação da biodiversidade, como se fazia no passado, pensando em escalas muito pequenas. Dada a importância da conservação da biodiversidade, o planejamento de conservação tem que ser planejado na mesma escala espacial que se planeja o desenvolvimento econômico.

No passado, as pessoas que trabalhavam em conservação (o Crisomar está aí todo esse tempo, pode dizer que é verdade porque todo o esforço dele foi direcionado para isso) pensavam no tamanho mínimo de áreas protegidas, enquanto o pessoal de desenvolvimento econômico pensava em grandes projetos, megaprojetos, influenciando extensas regiões. Em conservação estávamos querendo entender qual o tamanho mínimo crítico dos ecossistemas, enquanto o pessoal do desenvolvimento econômico estava pensando em grande escala de expansão da produção; nós pensávamos em sistemas auto-dependentes, eles pensavam em sistemas mutuamente dependentes; pensávamos em sistemas discretos, enquanto as pessoas do desenvolvimento econômico pensavam em planos extremamente ambiciosos; nós pensávamos em escala local e o pessoal do desenvolvimento econômico pensava em escala regional ou continental; nós pensávamos em sistemas socialmente responsáveis e pequenos, enquanto eles estavam pensando em investimento e lucro. Nós pensávamos em sítios, áreas pequenas e eles estavam pensando em eixos, redes e sinergia. Nós fazíamos um planejamento muito específico, muito estático, enquanto o pessoal de planejamento de desenvolvimento econômico pensava em sistemas globais e dinâmicos. Nós pensávamos em hectares para conservação e o pessoal do desenvolvimento econômico estava falando em quilômetros quadrados; nós ficávamos presos a esta lorota de que 10% eram suficientes para manter a biodiversidade, enquanto eles não tinham limites de áreas a serem exploradas.

Então, a primeira mudança necessária foi mudar o foco. Precisamos deixar de pensar daquela forma arcaica de pensar conservação, e pensar na mesma escala das pessoas que planejam o desenvolvimento econômico, pois, de outra forma, vai ser impossível compatibilizar desenvolvimento e conservação. Assim, a escala do planejamento de desenvolvimento e a da conservação deve ser a mesma. As duas coisas são interligadas. Não é possível ter conservação sem desenvolvimento econômico da mesma forma que não é possível ter desenvolvimento econômico sem um programa ousado e cientificamente defensável de conservação.

Quando falamos de território sustentável temos que falar o que é uma estrutura de um território sustentável. Este conceito foi sendo aprimorado a partir de todas as discussões que tivemos com Goeldi, com Embrapa e com várias outras organizações em inúmeros seminários e reuniões técnicas. Basicamente, um território sustentável deve ser composto pelo seguinte: Unidades de conservação criadas em lugares estratégicos para garantir os serviços ecológicos e a conservação da biodiversidade. Estas unidades não podem ficar isoladas, assim, elas precisam estar conectadas entre si via propriedades privadas. Estas conexões podem ser compostas pelas áreas de proteção permanente, as reservas legais ou mesmo reservas privadas (RPPN's). Por fim, é preciso definir as áreas para atividades econômicas de uma forma inteligente e estratégica, de forma a não romper com a dinâmica e sinergia do sistema. Esta é a essência de um território sustentável.

A grande pergunta que as pessoas fazem: qual a unidade geográfica para fazer esse planejamento de território sustentável?

Existem várias opções. Assim, podemos fazer esse tipo de planejamento em várias escalas, com várias abordagens. Podemos pensar em regiões naturais, por exemplo, bacias hidrográficas, que são regiões naturais e que já possuem um arcabouço legal para orientar o planejamento e gestão. Podemos, por exemplo, escolher áreas de endemismo, que são áreas onde existe uma grande concentração de espécies que só ocorrem lá, ou seja, que possuem uma biodiversidade única. Podemos identificar essas áreas de endemismos a partir de distribuições de espécies.

Outra forma de usar são as ecorregiões, que são unidades que misturam um pouco de características físicas, um pouco de características biológicas. Mas também podemos fazer planejamento em regiões políticas ou socioeconômicas; podemos fazer esse tipo de planejamento em distritos, municípios, microrregiões, mesorregiões ou de áreas de influência de empreendimentos, como, ao longo da BR-163. Então todas essas possibilidades estão disponíveis. Eu prefiro que as regiões sejam definidas naturalmente, ao invés de serem regiões definidas politicamente ou do ponto de vista socioeconômico.

Então quais são as informações necessárias para se fazer esse planejamento?

Geralmente precisamos de dados ambientais em uma escala apropriada. Precisamos de mapas de uso de solo e de informações sobre a distribuição de biodiversidade e aqui é muito importante a contribuição de instituições como o Museu Goeldi, que tem uma quantidade enorme de informações nas suas coleções biológicas. Necessitamos, também, de dados de geologia e geomorfologia, de dados de clima, de dados de vegetação e outras informações ambientais. Precisamos também de informações socioeconômicas, de dados de população tanto do ponto de vista estático quanto dinâmico, de mapear de forma adequada a oferta e o uso dos recursos naturais pelas populações, porque se não fizermos isso corremos o risco de tomarmos decisões erradas. Carecemos de entender

os padrões e tendências econômicas, de mapear as áreas protegidas e, também, de entender a infra-estrutura já existente e os planos de desenvolvimento para a região e outras informações que possam ser importantes.

Como analisar e integrar essas informações? Geralmente a integração de todas essas informações é feita via sistemas de informação geográfica. O que o Leandro mostrou para vocês é basicamente isso, usar um conjunto de informações e analisar usando esses programas de computador que são chamados *sistemas de informações geográficas*. Com esses programas podemos fazer sobreposições de diferentes temas, podemos fazer simulações sobre o que vai acontecer no futuro, se a situação vai continuar do jeito que está. Podemos construir cenários. Temos várias alternativas que esses programas hoje oferecem e que no passado não estavam disponíveis. Quando o Crisomar começou a fazer o Zoneamento Econômico-Ecológico no Idesp era tudo na mão. Hoje não. Você pode gerar esses mapas, fazer simulações e gerar um conjunto de informações que facilita a tomada de decisão. Mas toda essa parte técnica não vai ter nenhum valor se ela não passar por um crivo, uma análise crítica dos principais atores sociais. E isso é extremamente importante; sem organizar comunidade, sem trabalhar através de reuniões participativas colocando todas as informações e análises, explicando os diferentes cenários e analisando os prós e contras de cada uma das situações, nós não chegaremos a um planejamento adequado. Sem envolver as comunidades, sem envolver a sociedade, todos estes mapas e análises não passarão de um exercício científico que raramente poderá ser aplicado na prática. Nós precisamos ter o compromisso da sociedade para que este planejamento seja implementado. Um território sustentável é, na verdade, o resultado de um amplo pacto social, onde todos cedem para que todos, e não somente alguns poucos, possam ganhar.

A estrutura atual do território determina as ações que precisam ser feitas. Eu vou mostrar dois exemplos para vocês.

Esta figura mostra a situação da paisagem na Floresta Atlântica. Esta região é o que a Conservação Internacional chama de *hotspots*, ou seja, áreas com alta biodiversidade, mas que já foram completamente alteradas pelo homem. Em ecologia de paisagem usamos três conceitos básicos para descrever um território: um é a matriz, que é a paisagem, o uso da terra dominante numa determinada região. Neste caso específico, a matriz é composta pelas paisagens antrópicas. Intercaladas na matriz, encontramos as manchas, que são tipos de vegetação ou tipos de uso de terra que se distribuem como ilhas na matriz. E conectando as manchas podemos ver pequenas faixas de vegetação ou uso de terra similar ao das manchas que se estendem entre uma mancha e outra. Chamamos estas faixas de *corredor*. Estes são os conceitos mais básicos da disciplina. Então, em um *hotspot* a matriz é a paisagem antropizada, a mancha são os remanescentes de florestas e os corredores são aquelas florestas que restaram ao longo dos rios. Isto na situação da Floresta Atlântica. Vamos ver na Amazônia.

Na Amazônia a matriz ainda é a floresta, é vegetação natural; as manchas são as das atividades humanas; e os corredores, na verdade, são estradas, são áreas antropizadas onde a população se desloca entre uma mancha e outra. Regiões como a Amazônia são denominadas pela Conservação Internacional como *região natural*. A ação de conservação para uma situação igual à Floresta Atlântica é, portanto, completamente diferente para uma região como a Amazônia.

No caso da Floresta Atlântica, de um *hotspot*, precisamos para garantir a conservação da biodiversidade e manutenção de processos ecológicos, mudar a matriz, reduzindo de alguma forma o impacto humano. Enquanto na região natural temos que fazer o máximo para manter a matriz do jeito que está.

No *hotspot* a tendência de um planejamento adequado de conservação é aumentar as manchas, ou seja, nós queremos aumentar as manchas de florestas que existem. Enquanto na região natural temos que estabilizar ou reduzir as manchas de áreas antrópicas que existem dentro da região.

Em relação ao corredor, em situação de *hotspot*, queremos expandir e maximizar o impacto do corredor. Em contraste, na região natural nós queremos reduzir ou minimizar o impacto. Assim, é preciso construir estradas que sejam sustentáveis, estradas que não vão trazer mais desmatamento ao longo do seu trajeto. Hoje temos a tecnologia para construir estradas, minimizando os seus impactos.

As setas de ação são bem diferentes entre um *hotspot* e uma região natural. Nos *hotspots* queremos trabalhar a partir das manchas e dos corredores e mudar matriz, enquanto na região natural temos que trabalhar, que planejar o território, de tal forma a minimizar o impacto das manchas e dos corredores.

Vamos ver como estamos fazendo o planejamento de territórios sustentáveis no Pará. O único exercício que temos é o macrozoneamento que o governo estadual ofereceu para discussão. É louvável a iniciativa do governo estadual em publicar um documento e abrir espaço para discussão. Isto mostra que o processo não é fechado, mas que está aberto ao diálogo e sugestões.

Uma das coisas que eu mais gostei do planejamento foi que vocês usaram bacias hidrográficas, pelo menos tentaram definir como unidades de planejamento as bacias hidrográficas. Pelo menos é isso que está claro no texto e nos mapas. Sei que no final do governo passado houve uma tentativa de se propor uma legislação indicando as bacias hidrográficas como unidades básicas para o planejamento territorial.

Se nós olharmos as bacias hidrográficas e colocarmos aí o mapa de desmatamento no Pará ou desflorestamento, podemos ver que algumas bacias hidrográficas estão bem conservadas e apresentam pouco desmatamento. Em contraste, há bacias hidrográficas que estão em uma situação muito ruim. Então, temos bacias hidrográficas típicas de grandes regiões naturais, temos bacias hidrográficas típicas de situação de *hotspot*. Portanto, a estratégia para o planejamento territorial vai diferir bastante entre bacias hidrográficas. Temos que ter múltiplas formas de ação dentro do território paraense, porque é um território extremamente diversificado.

Aqui são as Unidades de Conservação e terras indígenas dentro do estado do Pará e as suas bacias hidrográficas. O que é que nós vemos: há algumas bacias com várias Unidades de Conservação, mas há outras bacias, principalmente nesta região aqui [apontando para o mapa], onde a porcentagem de unidades de conservação é muito restrita, com isso temos um desequilíbrio da quantidade e da qualidade das Unidades de Conservação ao longo das bacias hidrográficas do Pará.

Esta é a proposta do Zoneamento. O Pará foi dividido em várias zonas de gestão: zona de proteção integral, zona de uso sustentável, zona de consolidação, que é essa amarela, zona de expansão, que é esta rosa, e zona de recuperação.

Se vocês olharem este mapa, encontraremos que algumas bacias hidrográficas vão ficar integralmente dentro da zona de consolidação. Eu creio que isso é um problema, porque na verdade se nós queremos proteger os serviços ecológicos e a biodiversidade de cada bacia hidrográfica, teríamos, então, que ter uma certa proporção dos diferentes tipos de zonas em cada bacia. Temos, por exemplo, que vão ficar principalmente dentro de áreas de proteção integral e uso sustentável. Isso é muito bom, mas há outras bacias hidrográficas que precisam de Unidades de Conservação públicas ou

privadas para evitar que a biodiversidade dessas bacias seja perdida. Pode ser que este planejamento mais fino dentro de uma bacia ocorra em uma fase posterior do zoneamento, mas isso precisa ficar bem claro no texto e na metodologia.

Fizemos, também, a sobreposição das novas Unidades de Conservação propostas no zoneamento com as bacias hidrográficas. Tudo indica que haverá uma tendência de expandir o sistema de Unidades de Conservação em algumas bacias hidrográficas, enquanto outras bacias vão ficar completamente desprotegidas porque não estão sendo consideradas como alta prioridade para o estabelecimento de novas Unidades de Conservação, sejam elas públicas ou privadas, de proteção integral ou uso sustentável.

Aqui é uma sobreposição de vários temas: Unidades de Conservação, Macrozoneamento do Pará e áreas do Probio, aquelas identificadas como prioritárias para o desenvolvimento de ações de conservação. Aqui há outro problema sério na metodologia usada no Zoneamento. Recentemente, a Ministra Marina Silva assinou um decreto junto com o Vice-presidente José Alencar reconhecendo todas as áreas identificadas pelos *workshops* do Probio como áreas prioritárias para se fazer planejamento de conservação e uso sustentável. Existe um decreto-lei do Presidente reconhecendo todas as áreas que foram identificadas no *Workshop* do Probio como prioritárias para estudos, para ações de conservação e uso sustentável. O que aconteceu: na hora de preparar o macro-zoneamento do Pará foram retiradas duas categorias: a de áreas de potencial valor, mas que precisavam ser estudadas; e as novas áreas identificadas pelos grupos regionais durante o *workshop*. O que aconteceu? Quando se fez isso na metodologia do macrozoneamento do Pará, um conjunto de áreas reconhecidas pelo Probio, e agora por um decreto presidencial, ficaram de fora. Crisomar, eu sugiro que a equipe técnica do zoneamento recupere e use essa informação. Em sumário, acho extremamente louvável a iniciativa do governo do estado do Pará de colocar essa proposta para discussão. Eu gostaria de fazer algumas recomendações, dado que a proposta ainda está em discussão.

Eu acho que o documento precisa de alguma forma romper com a falsa dicotomia entre conservação e desenvolvimento. É preciso incorporar um sistema de unidade de conservação nas zonas de consolidação e expansão, da mesma forma que algumas áreas propostas como de conservação terão como função primária a promoção do desenvolvimento local, como as florestas estaduais, as reservas extrativistas, as RDS e outras unidades de conservação que têm, além da função de conservar a biodiversidade, também uma função social e econômica muito importante dentro do contexto do Pará. Isto requer uma reavaliação da definição das propostas de zonas de gestão territorial. Se você olha o conceito de zona de consolidação não tem nenhum componente ambiental; a idéia que passa é que toda zona de consolidação vai ser transformada em alguma coisa não florestal, mas não acredito que isso seja verdade até pela qualidade dos técnicos envolvidos na elaboração do macrozoneamento do Pará. Da mesma forma como as zonas de expansão. É preciso incorporar, de alguma forma, o componente ambiental na definição dessas categorias.

Eu gostaria de sugerir que a equipe recupere a idéia inicial de como se fazer o macrozoneamento do Pará. A idéia de usar bacia hidrográfica como unidade de planejamento era fenomenal e inovadora. Acho que vocês têm que voltar a usar efetivamente as bacias hidrográficas como unidades de planejamento e gestão territorial, ou seja, definir essas zonas por bacia hidrográfica, assim você vai estar garantindo a

consolidação de territórios sustentáveis em cada uma das regiões do Pará. Ao mesmo tempo acho que seria importante dar início ao processo de formação e implementação dos comitês de bacia que, na verdade, será o fórum mais apropriado para discutir, avaliar e estruturar o zoneamento em escalas mais finas.

Acho, também, que a equipe deve incorporar a totalidade das sugestões do Probio no que diz respeito às áreas prioritárias para conservação da Biodiversidade no Brasil. Ou seja, acho que a equipe do macrozoneamento deve incorporar na análise o que foi indicado por um decreto-lei do governo federal.

Eu também acho que o governo estadual deveria priorizar a criação de Unidades de Conservação nos últimos grandes trechos de florestas nas bacias mais antropizadas, ao invés de dar ênfase às bacias menos antropizadas. Se nós não dermos ênfase para criação de sistemas de proteção nas bacias mais antropizadas, não vamos ter absolutamente nada para proteger e vamos perder toda a biodiversidade e todos os serviços ecológicos que existem nestas bacias e que são essenciais para a manutenção das atividades produtivas. Certamente, não haverá agricultura se não tiver água; não vai haver uma agricultura produtiva moderna se os solos forem completamente erodidos. Além disso, as pessoas não terão boa qualidade de vida se o mesoclima dessas regiões onde elas vivem for alterado.

Eu entendo que a idéia do macrozoneamento é uma estratégia bem articulada do atual governo do estado do Pará de demonstrar para o mundo que aqui está se pensando de forma diferente. Nos últimos 8 anos não se podia falar de conservação da biodiversidade neste estado. Quem ousasse a se manifestar sobre o assunto, logo era acusado de estar contra o desenvolvimento atrelado a interesses internacionais e outras mentiras de grupos acostumados a se beneficiarem da falta de uma política clara e inteligente de uso e conservação dos extraordinários recursos naturais do Pará. Como conseqüência, o Pará começou a ser mal visto internacionalmente, pois se passava a idéia de que o governo de um dos mais importantes estados da Amazônia não se preocupava com a questão ambiental.

Eu acredito que o novo governo estadual tenha incorporado no seu programa de trabalho a questão ambiental. A consolidação de uma primeira proposta do macrozoneamento para ampla discussão é um importante passo. Entretanto, eu acho que o governo estadual poderia dar, também, algumas demonstrações concretas de que este movimento é real. Acho que a criação e estabelecimento de novas Unidades de Conservação em zonas já identificadas pelo macrozoneamento demonstrariam um compromisso concreto e serviria para atrair novas parcerias. Crisomar, eu sinceramente gostaria de ver a criação de pelo menos algumas daquelas Unidades de Conservação que você propôs anos atrás naquela publicação *Pará e Desenvolvimento*. Infelizmente, algumas dessas Unidades de Conservação estão completamente degradadas hoje, justamente porque não foram criadas. Eu acho que o governo do Pará precisaria seguir os exemplos dos governos do Amapá e Amazonas e mostrar, efetivamente, seu compromisso com a conservação da biodiversidade e a promoção do desenvolvimento sustentável. Com isso, o governo estaria mostrando ao mundo uma mudança de postura em relação ao passado. Assim, ficaria mais fácil atrair novos investidores e obter empréstimos e doações dos grandes financiadores internacionais, tais como, o Banco Mundial. Obrigado.

Ima Vieira – Agora é o Paulo Barreto e o assunto que vai nos apresentar são *As Florestas Nacionais e o desafio da produção madeireira sustentável*.

Paulo Barreto – Boa tarde. Como vocês já assistiram a 4 palestras devem estar cansados de estar sentados e têm 15 segundos para levantar, esticar o braço, enquanto se ajeita aqui.

Obrigado pelo convite e parabéns pelas palestras iniciais. O que vou fazer aqui é entrar um pouco mais em detalhes sobre desafios para administrar uma das categorias de Unidades de Conservação que tem a ver com as florestas públicas. O que vou falar do que foi anunciado é um pouco mais amplo e inclui as florestas públicas, que podem ser estaduais e até municipais.

Nos blocos da apresentação, o foco especial será dado ao setor madeireiro. Vou falar um pouco mais da importância desse setor, quais são os problemas da exploração predatória que tem sido associada a este setor e porque é importante ter essas florestas públicas. Algumas questões-chave que têm que ser levadas em consideração para ter uma boa administração delas e os desafios principais para ter uma boa política de administração dessas áreas.

Sobre o setor madeireiro, que é um setor bastante importante em toda a Amazônia, dados de 1998 mostram que o volume explorado é de cerca de 28,3 milhões de m³ de tora. Isso faz do Brasil o principal produtor e grande parte dessa madeira é consumida no país, cerca de 85%, fazendo do Brasil o principal consumidor de madeira de floresta tropical do mundo. Onde estão os principais centros de processamento, a localização das serrarias, são nesses pontos vermelhos que geralmente são cidades ou vilas com uma grande concentração de empresas, dá para ver o Pará, principalmente a parte leste com grande número de empresas, algumas começando a se instalar nessas novas zonas. Mas o que está acontecendo agora é que, com o fim dos estoques de madeiras mais ao leste do Pará, as empresas da região de Paragominas, que é uma região antiga de produção, estão migrando para novos centros nessa região e aqui também. Por exemplo, aqui em Novo Progresso, mais ou menos cinco anos atrás, existiam menos de 10 serrarias e agora já tem cerca de 100 delas. É uma mudança rápida em pouco tempo.

Bastante importante, em termos de relação de emprego, são os números para o Pará, um total de diretos e indiretos dentro do próprio setor madeireiro de cerca de 107 mil empregos e, de fato, envolvidos daria um pouco mais se você considera que o comércio local dessas cidades em grande parte funciona por causa da atividade madeireira.

O setor madeireiro tem uma tradição dos empregos serem bastante criticados pela qualidade deles, mas recentemente pegamos os dados do Ministério do Trabalho e foi bem interessante notar que, apesar da qualidade ser bastante ruim - em geral tem problemas de não registrar os trabalhadores - mesmo assim é um importante empregador formal com carteira assinada. Se vamos ver por alguns municípios, por exemplo, Rondon do Pará, este aqui é o total de empregos formais de 97 a 2003 e o setor madeireiro ao longo desses anos tem sido sempre o primeiro e os outros são lá em baixo. Foi surpresa para nós vermos que mesmo o emprego formal continua sendo bastante importante.

Tailândia e Paragominas com o mesmo padrão. Interessante ver a situação de Paragominas – vou mostrar detalhes depois, tem decaído justamente pelo esgotamento do recurso florestal no município. Mas com toda a propaganda que tem sido feita sobre o crescimento da agricultura e tudo mais, a agricultura que está nesta cor magenta é bastante baixa em termos de empregos formais. Os empregos no setor madeireiros, mesmo com esgotamento dos recursos, ainda são o primeiro empregador formal.

O setor madeireiro tem esta importância social, econômica, mas o grande problema é que em grande parte a exploração tem sido predatória. Tem uma causa fundamental para as pessoas estarem usando floresta de forma predatória, uma causa econômica fundamental.

Em geral, o setor privado, as pessoas que estão lá na frente, o proprietário da terra, o posseiro, ele tem um baixo interesse em conservar e manejar o recurso florestal.

Tem duas causas mais gerais: o crescimento da floresta tropical, geralmente das florestas nativas é baixo e o crescimento de produtos que ele pode explorar e vender.

O outro problema é que, apesar de todo mundo estar sempre falando que a floresta tem inúmeros benefícios locais, como conservação do solo, contribuição climática e tudo mais, são benefícios reais, mas os proprietários rurais não recebem pagamento por esses benefícios. Ele tem um benefício na escala da propriedade dele; deve ter algum benefício local; ele usa água, ele caça e faz outras coisas lá, mas ele não recebe pelos benefícios públicos que estão fora daquela área e que são para a comunidade ou globais ou regionais. Até agora, não desenvolvemos bem o mecanismo para fazer isso. Esses dois fatores levam a que as pessoas tenham pouco interesse no final das contas em manter a floresta.

Dá para ver de forma mais clara, numa comparação que fiz há alguns anos atrás, mostrando que a pecuária era mais rentável que o manejo florestal. Esta aqui é a renda expressa em valor presente líquido que é uma forma de expressar quanto aquela área dele vale, aqui expressa em dólares por hectare com três tipos de uso: duas formas de pecuária, uma intensiva e outra mais extensiva, comparando com o manejo florestal se o proprietário vendesse a madeira dele para um madeireiro e ele fosse lá extrair e fizesse o manejo. Dá para ver que a renda do manejo sustentável seria bem menor do que a renda da pecuária, ou seja, tem um custo de oportunidade de fazer manejo florestal e ter uma produção sustentável. O que é este custo de oportunidade? Este é um termo que os economistas usam para mostrar a diferença entre o que a pessoa faz em uma determinada atividade em relação a outras. Essa diferença aqui entre o manejo e a pecuária mais lucrativa é este custo de oportunidade. Este é o desafio para o proprietário rural manejar aquela floresta. Ele tem pouco interesse se não tiver uma forma de compensação ou uma pressão muito grande de fiscalização para ele aceitar esse custo de oportunidade. Este é um grande desafio quando pensamos em manter floresta mesmo com manejo florestal.

Não é à toa que mais ou menos 80% das áreas desmatadas da Amazônia são colocadas como pecuária justamente por causa dessa questão econômica fundamental aqui.

Quais são os impactos dessa exploração predatória? Tem vários impactos ambientais ecológicos, há uma vasta literatura sobre isso, já fizemos bastante coisa e tem outras instituições que têm feito. Nem vou entrar nesses números agora porque eu queria mostrar hoje dados mais recentes de outros tipos de análises que têm sido feitas e que enfocam o impacto da ausência do manejo para economia local, assim, teríamos uma economia local insustentável se não mantivéssemos esses recursos florestais, que casa com o que o José Maria acabou de apresentar em termos da paisagem.

O que acontece quando o recurso florestal é usado de forma insustentável. Este que é o caso de Paragominas, de 1981 a 2001. Este é o crescimento e colapso da indústria madeireira indicados pelo crescimento de valor total da produção e número de empregos, essas duas linhas indicam isso. Com a chegada da indústria madeireira teve um crescimento muito rápido do número de empregos e de valor total da

produção no setor madeireiro. Chegou num pico mais ou menos em 1991 e daí para frente decresceu rapidamente.

Os impactos globais dessa situação, por municípios, são bastante drásticos. Há uma perda de mais ou menos um terço do desemprego no pico de 91 em relação a 2001, e aqui considera agora todos os empregos que têm exploração de madeira, a pecuária e a agricultura, porque parte daquelas áreas que foram usadas para madeira no final são desmatadas e viram pecuária. Teve um crescimento expressivo aqui de pecuária, mas o que é importante é que esse crescimento da pecuária não foi suficiente para compensar aqui as perdas na atividade madeira. O resultado é um terço do desemprego, mais ou menos 10 mil empregos sumiram no município; mais ou menos 20% do valor da produção total do município desapareceram, e a comparação entre 1991 e 2007 ficaria em torno de 37 milhões de dólares a comparação entre 91 e 2001. De novo, é bastante interessante ver a queda drástica da renda da atividade madeireira. Houve de fato um crescimento da pecuária e aqui e da agricultura, com os grãos, mas estes dois crescimentos aqui não foram suficientes para compensar as perdas de valores da produção referentes à madeira. Para o município, para a economia local é bastante drástico o impacto de perder o recurso florestal.

O que temos de opção para promover o manejo e evitar este tipo de colapso e os impactos ambientais? Temos, de forma geral, duas opções: uma é esperar que o mercado resolva, a mão invisível do mercado vai resolver que sejam os consumidores ou exigir melhor comportamento das empresas e outras coisas deste tipo; e outra é termos políticas públicas. Vamos dar uma olhada nos dois casos agora.

Uma das opções de mercado é a certificação ambiental: consumidores interessados em saber se o que ele está usando tem um selo ambiental que garanta que vem de uma área que está usando manejo florestal. Ele vai exigir esta certificação, que é feita de forma independente, e isto estimularia uma mudança de comportamento de quem está produzindo.

A área total de floresta que é manejada com produção certificada é mais ou menos 1% da produção total de toda a madeira da Amazônia, o que ainda é bastante baixo. Por outro lado, têm algumas estimativas que a demanda pode chegar a uns 15 a 20% do que é hoje a exploração total. Então, mesmo que cresça bastante nos próximos anos, ainda vai atingir uma proporção relativamente pequena. É bastante interessante pensar porque não saltamos ainda de um para mais ou menos 15 ou 20 se já existe essa demanda! Uma das dificuldades é a ausência de ter uma situação fundiária regularizada. Depois mostrarei alguns dados sobre o caos fundiário em relação ao Pará. Mesmo que já exista essa oportunidade de estar melhor em relação à produção certificada, ainda tem uma barreira bastante forte da questão fundiária. Mas a expectativa é que aqui não vá crescer tanto a ponto de toda produção ser certificada.

Do outro lado, existem serviços ambientais, mas ainda não temos os mecanismos para chegar lá, de realmente ter uma remuneração para os proprietários rurais e não se sabe se isso vai acontecer de fato, se o volume desses pagamentos por serviços ambientais seriam suficientes para, justamente, cobrir aquele custo de oportunidade que já mostrei. Para eles é suficiente. Ele teria que ser maior do que aquele custo de oportunidades. Tem uma grande certeza em relação à idéia de que vamos ter os famosos serviços ambientais que vão pagar para mantermos a floresta amazônica.

A primeira opção de política pública é o controle e a base disso está no Código Florestal que obriga a se ter reserva legal, no caso da Amazônia, de 80% de cada propriedade. Assim, tendo uma propriedade lá, até 80% teria que ter reserva legal e dentro dessa reserva legal poderia ter um manejo, tendo a opção de desmatar até 20%.

Vale dizer que isso aqui é baseado em uma medida provisória que é um mecanismo bastante frágil.

O problema que tem tido até agora, a reação ao controle é bastante forte, é difícil de implementar e também é bastante custoso porque temos milhares de propriedades em toda Amazônia. Isto aqui tem uma barreira forte. Tem que continuar tentando implementar, mas é uma política que tem essas barreiras como eu falei.

Um risco também é que essa idéia da reserva legal, principalmente baseada em medida provisória, seja mudada a qualquer momento.

A outra opção de política pública é ter essas florestas públicas. Qual é o objetivo aqui? É ter áreas que seriam públicas, áreas governamentais com a destinação para conservação e produção florestal permanente. A produção aqui pode ser tanto de bens como madeira, cipó, qualquer coisa que pode ser extraída de lá fisicamente, e ter serviços, incluindo turismo e outras coisas que podem ser feitas na área de serviço.

A forma de uso dessas áreas, que podem ser nacionais, estaduais e municipais, geralmente, é feita na forma de uma concessão. É feito um pagamento ao Estado pelo uso desses recursos e depois vou falar um pouco como é que isso pode ser feito. Em vários lugares do mundo há vários tipos de arranjos de como isto é feito.

Uma das vantagens principais das florestas públicas é que aquele custo de oportunidades, que mostrei para o setor privado, de manter floresta é compartilhado entre a sociedade. Não é só daquele proprietário que vai ser obrigado a manter a floresta ali, mas em uma área pública toda a sociedade absorve isso.

A conservação de bens de interesse público. Como falei, se cada proprietário privado buscar a sua melhor renda particular ele vai preferir a pecuária. Só que isso vai causar um prejuízo público que tem a ver com perda de Biodiversidade e daqueles serviços ambientais pelos quais a floresta é responsável. Nestas áreas teríamos chances de conservação desses bens de interesse público.

Coloquei aqui o exemplo de que, nos Estados Unidos, a área de florestas nacionais é mais ou menos de 70 milhões de hectares, porque muitas vezes a idéia de floresta pública é apresentada. As pessoas acham um pouco absurda que o Estado vai ter as florestas públicas e na onda de pensamento de uma economia liberal, muitas vezes as pessoas imaginam que não faz sentido o governo ter este tipo de papel. Mas os Estados Unidos, que são umas das principais economias e mais liberais do mundo, decidiram criar Unidades de Conservação com essa finalidade há mais ou menos 100 anos atrás, e hoje eles tem mais ou menos 70 milhões de hectares nesse tipo de unidade. Então, é um conceito que sobrevive mesmo em economias bem mais liberais do que o Brasil.

Este mapa aqui mostra que as Flonas são as florestas nacionais, no Pará. Elas existem em todos os estados da Amazônia. Já devem ter visto nos vários mapas que apareceram, mas aqui é só destacando as que existem agora.

Algumas questões-chave para que seja possível e que tem que ser considerado para a administração dessas áreas? Um ponto muito importante é ter algum mecanismo que incentive que os concessionários tenham um bom desempenho na administração, ou seja, que eles cumpram as regras, tanto as administrativas e econômicas de

pagamento das taxas e tudo mais, e também na área ambiental, que são chamadas de *Apólices Resgatáveis de Desempenho*. O que quer dizer este nome complicado é que na hora em que ele recebe a concessão teria que fazer um depósito, o concessionário que vai receber, além de pagar pela concessão, só iria resgatar do governo depois de um determinado período, quando fosse comprovado que aquelas cláusulas do contrato, principalmente na área ambiental, fossem cumpridas. Isto tem sido feito em outros países com um resultado interessante.

Uma outra oportunidade é trabalhar com descontos: aqueles concessionários que ganham e têm compromisso com a certificação, por exemplo a certificação ambiental independente que usa critérios em geral mais rigorosos do que a própria legislação sobre manejo, teriam descontos por estar adotando essa certificação. Uma das vantagens é que facilita a fiscalização porque a própria certificação inclui auditorias independentes. Este é um tipo de mecanismo que poderia ser usado para estimular uma boa administração.

Uma questão que é chave: quais são os preços das concessões? E é importante trabalhar com preço mínimo, não esperar só o preço que as empresas do setor privado estariam dispostas a pagar, mas estabelecer um preço mínimo; se fossem a leilões e não chegassem a esses preços mínimos, as áreas não deveriam ser concedidas e ficariam como uma reserva até que o mercado estivesse maduro a ponto de pagar aquele preço mínimo.

E aí tem alguns detalhes de como deve ser feito: parte do valor a ser baseado na área que vai ser feita a concessão e outro nos volumes que seriam extraídos dos recursos. Há uma vasta literatura também sobre isso, vários detalhes que não vou entrar agora.

Um ponto que é bastante importante é incorporar valores ambientais ecológicos no momento de definir esse preço mínimo. Por exemplo, se uma área vai ser colocada para concessão, se o tipo de uso que vai fazer vai impactar severamente um outro tipo de recurso, tem que incorporar lá a potencial perda que vai acontecer.

O outro ponto-chave é a transparência de leilões de concessões. Embora isso aqui pareça bastante óbvio, em muitos países têm ocorrido problemas porque o sistema de fazer as concessões não considerar leilões - por exemplo, é um método administrativo em que o gestor tem a discricção de dizer para quem quer fazer a concessão e isso é bastante problemático. A idéia é que seja feito através de leilões que reduzam o risco de corrupção e aumentem o potencial de valor que vai ser pago pelas concessionárias.

Um outro ponto polêmico e bastante importante é a repartição de benefícios, quem vai receber, para onde vão ser destinados os recursos que vão ser recebidos dos leilões. Além de cobrir os custos é importante que tenha uma repartição dos benefícios, principalmente com os governos estaduais e municipais no caso de uma área que seja federal, repartição dos *royalties* e também tem uma boa contabilidade para mostrar que tem os benefícios indiretos, como impostos e atração de investimentos para o local.

Uma outra área, geralmente cada área dessa vai estar localizada próximo de comunidades, e é importante que tenha um plano para desenvolvimento local que incorpora. Como é que essas Unidades de Conservação, como florestas nacionais e estaduais, podem gerar benefícios locais para aquelas comunidades. Isto tem que estar escrito e feito para que os compromissos sejam cumpridos.

Vou destacar agora alguns desafios para que tenhamos condições de avançar.

Falei rapidamente, ainda agora, da situação fundiária que é caótica. No Pará as terras privadas são mais ou menos 20%, as áreas protegidas das várias categorias são cerca de 30%, e tem mais ou menos 54% que são terras devolutas ou em disputa em que a situação é indefinida. Parte das áreas que foram criadas no passado tinham sobreposição com terras indígenas - mais ou menos 50%, em 2001, das áreas que foram criadas até aquele ano tinham sobreposição com terras indígenas. Este é um tipo de situação que deve ser evitado na criação de novas áreas. Acho que o exemplo que foi mostrado aqui do zoneamento do estado já levou em consideração onde tem as zonas e também as que vão ser criadas, justamente para evitar este tipo de situação no futuro.

Criar um arcabouço legal, institucional adequado – Existe uma legislação geral que fala da possibilidade de usar as florestas nacionais, mas não tem uma regra específica que diga como tem que ser usado, como incorporar aquelas questões que foram colocadas: o contrato, os preços e tudo mais. É preciso regulamentar este sistema de concessões e o Ministério do Meio Ambiente está produzindo um projeto de lei que trata dessas questões e em breve enviará ao Congresso. Tentou incorporar já várias dessas lições internacionais, mas claro que isto vai ser colocado no Congresso que é soberano para mudar. Talvez haja uma disputa política em termos de como deve ser esse sistema de concessão. Será preciso fazer pressão para que o congresso mantenha e incorpore as melhores lições aprendidas em outros países.

Um outro ponto-chave é equipar a instituição responsável. Tinha uma idéia de criar uma agência de florestas ou um instituto de florestas, mas qualquer que seja a instituição, vai ser necessário um equipamento tanto de pessoal como físico para que isso funcione. Para que um sistema desses funcione é um perfil diferente de profissional que tem que trabalhar lá. Não é só a questão ambiental, tem o perito ambiental que vai trabalhar nessas instituições. Mas de fato é necessário ter uma visão de negócios. Esse é o tipo de Unidade de Conservação que vai estar lidando com o mercado interessado naqueles produtos, com empresas. Então, tem que saber muito bem sobre a economia daquele setor, as estatísticas econômicas e de produção daquele setor para estabelecer preço e tudo mais. É um perfil completamente especial e novo. Tem que ter concurso para contratar essas pessoas. Não é de um dia para outro que as instituições vão estar preparadas para lidar com isso aqui. Esse equipamento de pessoal e físico das instituições é chave.

Um tema que é interessante é o risco que temos de não estarmos prontos ainda, em alguns casos, para ter as concessões já sendo feitas, o risco que o preço da madeira, em geral, seja baixo e não cubra os custos mínimos que as concessões sejam necessárias para cobrir. Parte do problema tem a ver com a oferta de madeira ilegal. Se no futuro próximo não aumentarmos drasticamente a eficiência do controle, podemos ter um problema porque essa madeira ilegal não incorpora todos os custos. Por isso, é chave fortalecer o controle.

Por outro lado, também podem ter uma oferta de madeira legal com regras menos restritas do que no caso de uma concessão. Tem vários assentamentos de reforma agrária, têm propriedades privadas que também podem aumentar o manejo e do outro lado tem um projeto com a idéia de ter assentamentos florestais. Então, é incerto o volume de madeira legal que vai estar disponível no futuro. Se o preço for baixo e não cobrir esses custos que seriam necessários para manejar essas concessões, elas devem ser vistas como reservas para o futuro, e aqui é importante saber que vai ter um investimento para proteger essas áreas. O Leandro mostrou que as Unidades de Conservação têm um certo papel de evitar desmatamento, mas com a proximidade das estradas e aumento de pressão elas podem sucumbir. É importante investir aqui.

Finalmente, o governo precisa agir rápido na criação das florestas públicas. Este é um mapa que mostra as áreas potenciais para criação de Flonas na Amazônia, que identificamos em 1999 com base em dados de 98, mas quando vemos os dados de 2002, observamos que 29% delas já têm sinais de ocupações novas como fogo, desmatamento e outros tipos de ocupação. Se não for bastante rápido, não vamos ter tempo de realmente implementar essa política. Obrigado.

Ima Vieira – Depois dessas excelentes apresentações, temos agora cerca de 30 minutos para os debates. E como sempre fazemos aqui no Museu, gravamos as apresentações para depois publicar as memórias dessas apresentações. Temos no Ciclo de Idéias e Debates cerca de oito apresentações e na próxima semana estaremos disponibilizando as memórias de um seminário bastante importante que fizemos sobre a Geopolítica da Soja. Finalizamos agora a edição dessas memórias. São cerca de 200 páginas que a partir da semana que vem vocês podem ter acesso na *home page* do Museu Goeldi, e as apresentações desta mesa redonda os palestrantes já disponibilizaram e estarão nos sites do Museu Goeldi e do Ibama.

Rosineide Bentes – Primeiro é para fazer um convite: estaremos fazendo um debate no dia 16 no Museu Emílio Goeldi sobre Ambientalismo Internacional, Amazônia e Soberania do Estado. Seria muito interessante que vocês estivessem lá para participar desse debate.

Eu queria fazer algumas observações sobre o debate. Apresentando-me, trabalhei no Idesp, na Revista Pará Agrário há alguns anos e fui assessora do Conselho Nacional de Seringueiros de 1987 a 1993 e saí do Brasil ficando 10 anos fora, 5 anos nos Estados Unidos fazendo doutorado, trabalhando com História Ambiental da Amazônia, e lecionando nos Estados Unidos, inclusive a disciplina sobre Problema Ambiental Internacional.

Eu gostaria de dar uma sugestão sobre a fala do representante do Ibama: as questões que ele colocava, porque eu também fui uma das fundadoras do CNPT aqui em Belém, eu era representante do Conselho Nacional de Seringueiros na equipe que criou o CNPT em Belém, e acho que depois de passar 10 anos fora, um problema que eu ainda noto aqui é a dificuldade dos técnicos ou dos profissionais das áreas de ciências naturais entenderem a questão ambiental como uma questão social e não só como questão técnica, porque vemos que a visão de que a questão ambiental e técnica significa que são os técnicos das ciências naturais que têm que tratar delas e usar toda uma técnica muitas vezes quantitativa, quer dizer, é uma questão técnica e não social. Inclusive, em um debate como esse deveriam ser incluídos profissionais das áreas de humanidades e de ciências sociais que estão discutindo a questão ambiental como uma questão social.

Acho que a partir de muitos dos problemas que foram mencionados no Ibama com relação ao tipo de conservação e tudo, poderíamos ter *insight* muito interessante se incluíssemos os profissionais que estão discutindo a questão ambiental como uma questão social.

O outro ponto é que acho que essa forma de ver a questão ambiental como uma questão técnica, continua repetindo um problema que é parte da questão ambiental do Planeta: a separação de uso de recursos naturais e práticas de conservação. E temos que lembrar que esta forma que o Leandro mostrou ali, tradicional de usar recursos naturais, derrubar floresta para usar, tem a ver com uma visão científica de entender recursos naturais, de entender o que é usar recursos naturais e se

continuarmos com o mesmo princípio dessa visão técnica, vamos ter novos problemas relacionados com o que entendemos que ser conservação. Acho que é a inclusão dessa discussão mais ampla.

A terceira e última questão que gostaria de mencionar com relação à visão internacional, como foi falado pelo José Maria Cardoso, é contestar a idéia de que no Pará não se discutia a questão ambiental que era um problema, inclusive tenho muitas críticas para o estado, mas estou escrevendo sobre a História Ambiental da Amazônia, principalmente o estado do Pará e do Amazonas é que tinham legislação mais avançada no Brasil e no mundo sobre preservação. A Amazônia é a maior floresta preservada do Planeta e não é porque isto aqui era um vazio. É porque aqui se pensava natureza, apropriação e uso de recursos naturais de forma diferente. Agora, preservava-se de maneira diferente, não prioritariamente no método científico de preservar e é isto que tem que ser entendido. Acho que vamos discutir essa questão do ambientalismo internacional nesse seminário.

Um problema que tem do ambientalismo internacional é que eles entendem que a Amazônia é preservada porque era um vazio, não existia gente aqui, e quando começa a vir gente para cá começa a se destruir. Essa é uma distorção que temos que discutir sobre o que é esse ambientalismo internacional, sobre o que o Banco Mundial pensa sobre a Amazônia, sobre conservação, qual é a proposta, qual o significado disso para nós, como é que eles vêem a nossa história, como é que nos inserem lá. Porque é muito problemática essa visão de que aqui as pessoas não querem preservar e quem quer preservar é o ambientalismo internacional. Isso é uma distorção. Queria só mencionar isso.

Ima Vieira – Temos o Iloé e o Zacarias.

Iloé – Boa tarde a todos e todas. Estou aqui representando a Fetagri, no momento.

Eu gostaria de me reportar à fala dos palestrantes, começando pela ordem com a fala do Marcílio. Tenho certeza de que pela exiguidade do tempo que ele teve para preparar a palestra dele que foram 3 minutos, não consegui lembrar de todo o leque de alternativas que o Ibama tem colocado à disposição e falado e discutido com a sociedade. Ele falou até o terceiro momento do Mosaico, mas diria que o Ibama já vem discutindo há algum tempo até mais além do que o Mosaico, não é isso Marcílio (ele esqueceu de falar e vou aproveitar e pedir licença para falar sobre isso)? Vem discutindo, por exemplo, a gestão de Biodiversidade, inclusive, foi feito um projeto pelo Ibama no tempo em que eu ainda estava lá colaborando, que eram os projetos de gestão biorregional da zona costeira do estado do Pará.

Pedida essa licença ao Marcílio, eu queria me reportar à fala do Leandro, agora pela ordem. Só para lembrar que o Leandro fez muita questão de frisar com relação à questão de APAS no estado do Pará. Todas essas APAS que foram criadas, esse número grande de hectares, foram fruto daqueles 8 anos dos quais o José Maria se referiu; não se discutia e estava fechada a questão que era a APA, porque o estado do Pará entendia que a APA era o melhor método para conservação ambiental. Só que já sabemos que APA pode tudo, inclusive não fazer nada, que foi o que aconteceu nos últimos 8 anos aí.

Referindo-me agora à fala do querido Crisomar, gostaria de lembrar o seguinte: você colocou ali como proposta a criação de Unidade de Conservação integral, por exemplo, na Ilha Grande de Gurupá. Acho que não vai dar. Tem muita gente morando lá, muita gente inclusive. E ele já vem discutindo há algum tempo a possibilidade de

criação de reservas extrativistas lá. Portanto, acho que conservação integral não vai ficar muito bem. E, além disso, você propõe também a Unidade de Conservação integral em Bragança, Tracuateua e Augusto Corrêa; lá já tem proposta consolidada de criação de reserva extrativista nas áreas de mangue. Acho que deve estar no momento na Casa Civil para ser assinada. Além disso, as áreas de mangue lá já são áreas de preservação permanente. Quer dizer, o que o governo federal, através da política que tem sido destinada nos últimos anos, tem feito com as áreas de mangue é transformá-las oficialmente em áreas de uso sustentável e não em proteção integral como está pela proposta do Estado.

Finalmente, só lembrar, José Maria, que não é a primeira vez que o Ibama chama para discutir Unidade de Conservação, já fez isto há 2 anos atrás quando discutiu este dito projeto que citei a pouco de Gestão Biorregional da Zona Costeira do estado do Pará, onde se discutiu as Unidades de Conservação que vão em toda região, desde a região de Afuá até Vizeu. Obrigado, era essa a minha fala e boa tarde para vocês.

Ima Vieira – Antes do Zacarias, tem mais alguém que quer fazer alguma pergunta ou questionamento? Tem mais uma pessoa. Portanto, vou fechar para os debates. Já são 17:45h e a Mesa tem que se pronunciar. Então, tem mais uma pessoa inscrita e depois encerramos.

Zacarias Monteiro da Silva – Boa tarde a todos. Sou coordenador do MOPEPA – Movimento Estadual dos Pescadores aqui do Pará.

Desde 1999 viemos acompanhando um pouco o processo de criação de reserva extrativista marinha aqui no estado do Pará, em parceria com o CNPT, e a nossa preocupação é com relação à questão da participação dos usuários que estão dentro dessas áreas. Eu, particularmente, entendo que nenhuma área de preservação ou de conservação ambiental tem futuro se não tiver a participação de quem está morando dentro. Eu queria agradecer pela fala da companheira com a preocupação da questão social.

Entendo o seguinte: a nossa preocupação é trabalhar a questão da participação, mas não aquela participação só com a presença nas reuniões, mas uma participação que tenha poder de interferir em qualquer processo de discussão durante esse processo de criação da reserva extrativista, porque trabalhamos na área de pesca e sabemos as dificuldades que estamos enfrentando no dia-a-dia. Sabemos a carência que está tendo hoje com recursos do pescado do qual nós sobrevivemos.

Dois pontos importantes: a questão da participação dos usuários, quando se refere à questão da qualidade da participação; a questão da consciência de se criar reserva extrativista; e a questão da organização para também estar administrando futuramente quando for decretada a criação da reserva extrativista. Para mim, este é o ponto fundamental para nós, do Movimento.

Gostaria de deixar aqui esta nossa preocupação quando o estado está trabalhando no processo do Zoneamento Econômico-Ecológico e gostaria de fazer uma pergunta para a pessoa que fez a exposição ainda há pouco. Perguntaria a ele, com quem está sendo discutido esse processo do Zoneamento Econômico-Ecológico aqui no estado do Pará?

Gostaria de perguntar, também, o que é que está faltando para ser decretada as 4 áreas de reserva extrativista marinha: Bragança, Augusto Corrêa, Vizeu e Tracuateua, se todo o processo desde 1999 foi feito junto com as outras reservas que já foram decretadas (a de Soure, a de Curuçá, a de Santarém Novo, São João da Ponta e Maracanã)? O que está faltando, se já está na Casa Civil, o que falta para serem

decretadas? Porque nós sabemos que naqueles 4 municípios temos praticamente 9.140 famílias, totalizando 36.560 usuários dentro daquelas áreas que estão agora nos pressionando, questionando porque não foram decretadas essas áreas.

Só gostaria de deixar um pensamento aqui: “Sem a participação dos usuários no processo de criação de áreas de preservação de conservação é impossível que essas áreas sejam sustentadas”.

Márcio Freitas – Boa noite. Sou engenheiro florestal, aluno do mestrado de ciências florestais aqui da UFRA e queria fazer alguns comentários e depois deixar a questão para a Mesa.

Atualmente estou desenvolvendo o meu mestrado na reserva extrativista marinha de Soure. Paralelo ao meu projeto de mestrado, que é estudar a estrutura do bosque, mangue lá de Soure, estou desenvolvendo algumas pesquisas com a comunidade em si, os usuários da Resex. E alguns trabalhos que desenvolvi com questionamentos, no caso da Associação dos Caranguejeiros, houve algumas situações que achei muito interessante, é o caso da reserva extrativista. Para criação da reserva extrativista como uma Unidade de Conservação, ela parte da proposta dos próprios usuários, quer dizer, a vontade dos usuários de criar a Unidade de Conservação. E a situação que me deparei com os questionamentos que eu fiz voltados para meio ambiente, quando perguntava, de repente, para alguns caranguejeiros, sabendo que a pessoa sobrevive da extração do caranguejo. Perguntava para ele qual era sua profissão e ele dizia que era serviço braçal ou então que era operário do mangue, operário do mar, que era pescador, quer dizer ele não se reconhecia como caranguejeiro. Muitos não reconhecem a profissão como caranguejeiro. No ambiente onde eles moram, um dos bairros que é o Tucumanduba, uma questão que me chamou atenção, também, é que é um bairro que foi criado há 15 anos atrás através das pesquisas que fiz no município e há pouca vegetação tanto na rua como nas casas. E também levantei isso. Por que vocês não plantam, não cultivam nada aqui na sua casa? Muitos disseram que era porque o solo não dava, porque eles não têm tempo e vivem direto no mangue. E foi outro questionamento que me fez: será que eles não têm noção que o vegetal pode lhes dar no mínimo uma sombra, senão um fruto, senão um bem-estar para sua casa? E me pergunto como se trabalhar com essa comunidade para se cuidar, para se gerenciar como uma Unidade de Conservação, como uma reserva extrativista. Muitos alegam isso, ou seja, que o Ibama não chegou, não esclareceu para eles como foi criado, porque foi criado, e pergunto justamente isto: qual é o papel da reserva extrativista? Qual é o papel da Unidade de Conservação? Para que ela é criada realmente? Quando ela vai ser criada? Outro questionamento é se quando ela é criada, se cria uma Unidade de Conservação para se conservar o ambiente apenas para que se evite que alguém vá e mexa ou se procura criar ela pensando de como vai se poder trabalhar com aquela área? Deixo à Mesa essa questão.

Ima Vieira – Muito obrigada a todas as pessoas que elaboraram suas perguntas. Tem mais uma pessoa. Gostaria que fosse rápido.

Vergaro – Boa noite. Sou coordenador do CNPT. Na última fala do Márcio e do Iloé, que foi meu coordenador, vemos como é difícil criar reserva neste estado quando o pensamento mental é paraplégico ainda. Fico até assustado quando vejo o modelo que o Crisomar está apresentando, não de confronto com o federal. É a demanda dos pescadores, como o nosso amigo fala, o presidente lá de Viseu. Estamos recebendo uma interlocução do Banco Mundial porque não sei se dentro do projeto APA, de Áreas Protegidas da Amazônia,

o Banco Mundial não financia APA e o estado não concebe Resexs então não vai conceber RBS. E te explicando Márcio, a questão da reserva é criada com conflito. Pescador está vivendo aí. O Chico Mendes vivia com o pessoal no Acre. Tem que se abrir um conflito público porque esse padrão mental, intelectual dos pescadores não é tão longe dessa academia não, essa academia se cria em redoma, então a reserva não vai se resolver de uma hora para outra, não vai ser no momento que a reserva roubou o patrimônio dos fazendeiros. O uso prostituído da terra neste país é muito grande; é importante discutirmos em um momento como esse, no qual se trabalha com as reservas extrativistas e a questão – respondendo para ti e para o pescador, o Zacarias. Estamos trabalhando desde 1999. Não é o Ibama, nem CNPT que cria reserva não. O Estado tem que tirar isso da sua cabeça. É uma demanda constitucional. Qualquer cidadão vivendo em comunidade tem direito à Unidade de Conservação. Tem que brigar para isto. Não foi criada, ainda, porque no gabinete civil as pessoas não quiseram criar para não ter interferência de cima para baixo. A única coisa que falta é o Estado entender que a área proposta para Viseu, Bragança, Augusto Corrêa e Tracuateua é uma das áreas maiores de interesse social da pesca deste estado, são 150 comunidades. Não pode ser proteção integral. E outra coisa, a comunidade destrói, mas também constrói e a maré constrói todo dia. Era uma questão de esclarecimento porque é muito difícil trabalharmos com reserva extrativista. Não só com reserva, como o Leandro estava falando, porque o Estado concebe APA como uma coisa falida mentalmente, não tem prática de exercício de conservação e, nós, num diálogo, estou desde o dia 18.02.2004 esperando anuência do Estado com um *chá de cadeira*. E eu como técnico não tenho isso. Vocês, pescadores, se querem criar reserva, criem isso no papel. Faço um pedido como técnico, faço um pedido como fiz para o Lula, em um papel, porque este Estado tem que acordar. Está passando um filme em minha cabeça sobre tudo o que vocês estão pensando. Não consultaram a sociedade civil deste estado, nem as entidades de classe. Tem que levar um puxão de orelha, não sei quem, tem que começar a ser sério nisso aí. Tem que ter seriedade no planejamento ambiental neste país. Não é brincadeira o que se faz com o social não. O CNPT trabalha com seres humanos; quem cria reserva são os atores sociais. Por que Chico Mendes brigou na floresta? Porque o cara comparava terra de São Paulo e queria abraçar tudo? Mas é o único modelo de conservação? Não é o único modelo de conservação que possui reserva extrativista, mas é um dos modelos que tem ético e mental deste país.

Desculpem-me o desabafo. Nós vamos fazer, nós sentamos, nós, nós, isso nem na minha Paraíba tem mais, esse coronelismo ambiental todo. Desculpem vocês aí que não merecem o que estou falando, porque estão assistindo ético até esta hora e a poesia da ética se faz na história. Os pescadores estão querendo direito constitucional de suas reservas extrativistas, como o Iloé falou, quando estava na coordenação. Só dei prosseguimento: desde 1999 tenho para mais de 15 ofícios para o gerenciamento constitucional. Não aparece ninguém para discutir junto conosco e depois vão dizer que o Ibama está induzindo. O Museu Goeldi, Ima, é parceiro da reserva, Dra. Lourdes Furtado está participando direto conosco. A Academia está participando, as entidades de classe participam, as comunidades locais etc. Então, que medo todo de reserva é essa, que doença é essa? Que paraplegia é essa? Que poliomielite é essa? Pergunto e fica no ar, na Semana do Meio Ambiente. Desculpem o desabafo. Tem um companheiro aqui, o Varela, que disse: Vergara, o Marajó é livre, sei disso, então a reserva de Soure é reserva dos Maruanases e a reserva do Salgado de vocês é do Piriá, do Gurupi. Podemos conviver. Estou até hoje esperando, Dr. Marcílio, o pessoal da Sectam para receber o termo de posse do Conselho Deliberativo de Soure e ninguém apareceu ainda. Faz parte do Conselho de Soure.

Ima Vieira – Vou passar a palavra para a Mesa se pronunciar, na ordem inversa. Eu começaria pelo Paulo e terminaria com o Marcílio, para encerrar com o dirigente da instituição que provocou este debate e estas reflexões e que propiciou este riquíssimo debate, riquíssimas apresentações que hoje estamos vendo, gravando e apreendendo, e com certeza dando encaminhamentos bastante importantes e interessantes nas diversas linhas em que todos falaram e das manifestações e desabaços.

Paulo Barreto – Não foi feita nenhuma pergunta específica, mas quero agradecer novamente a oportunidade. Acho que os últimos depoimentos demonstram que existe um conhecimento de como avançar, mas na prática é necessária bastante negociação devido às visões divergentes, e como conciliar isso é um grande desafio para caminhar.

José Maria Cardoso – Gostaria de agradecer novamente a reunião, acho que foi extremamente produtiva, e agradecer a audiência pelas perguntas, os pontos, correções.

Começaria pela Rosineide: tenho uma visão completamente diferente da tua. Sou também cientista, mas na área de biologia. Entretanto, trabalho também com educação, uma ciência social. Não consigo ver essa ruptura entre ciência técnica e ciência social. Para mim todas as disciplinas são ciências, todas têm as suas próprias metodologias, suas definições, suas formas de trabalhar. Não existe, também, essa dicotomia entre ciência quantitativa e não-quantitativa, inclusive, porque parte da ciência social hoje move numa direção cada vez mais quantitativa. Para mim, essa discussão de social x natural, técnico, uso, prática, é uma visão arcaica que já foi abandonada desde o início da década de 80, inclusive todas as organizações não-governamentais que conheço mudaram significativamente as suas formas de ver e discutir essa questão. Por exemplo: a Conservação Internacional trabalha com todos os tipos de Unidades de Conservação, nós damos apoio desde a RDS do Cujubim criada recentemente no Alto Rio Jutai. Estamos trabalhando para melhorar a qualidade de vida da população, porque até o momento da criação da reserva a população se encontrava completamente abandonada pelo poder público. Trabalhamos lá em Abrolhos, na região do Corumbau, um trabalho belíssimo que cada vez está ficando mais forte. Acho que é uma das melhores Reservas Extrativistas do Brasil. Estamos trabalhando com reservas extrativistas e ajudando o Governo do estado do Amazonas a atender demandas da sociedade para criação dessas reservas. Há também um conjunto de outras ações quando trabalhamos com corredores de biodiversidade. Nestes corredores, precisamos ter uma participação forte da sociedade, pois sem toda essa articulação não se pode fazer conservação. Assim, essa dicotomia que você mencionou é totalmente falsa e inexistente.

(Alguém se manifesta fora do microfone)

José Maria Cardoso – Mas não fui eu quem montou a Mesa. Acho que o Marcílio, veio do movimento social, pode responder esse seu ponto, mas a questão é a seguinte: tanto no Ibama, como nas várias organizações que trabalham com Unidades de Conservação, há cientistas sociais.

Só gostaria de concluir dizendo que essa dicotomia que você menciona é falsa, que ela não existe no mundo real. As disciplinas das ciências sociais foram, sim, incorporadas no processo de planejamento e gestão de Unidades de Conservação, e está muito bem contemplada e reconhecida como fundamental.

Iloé, esqueci realmente de mencionar aquela reunião. Entretanto, para mim, aquela foi uma reunião técnica e não um debate como este que estamos tendo. Acho que precisamos transformar este debate em um fórum permanente.

Zacarias, concordo inteiramente com o seu ponto. Não se pode criar uma unidade de conservação sem a participação clara dos usuários. Temos que ter uma visão clara de como se criar essas unidades de conservação de uso sustentável, definindo orientações técnicas claras para dar base científica ao processo. Temos muitos problemas sérios na Amazônia. Há muitas pessoas oportunistas, usando as comunidades, fazendo as comunidades demandarem unidades de conservação de uso sustentável, quando, na verdade, no final das contas, a comunidade acaba não ganhando absolutamente nada com isso. Conhecemos um caso no Amazonas no qual a reserva foi criada sem a mínima fundamentação técnico-científica. Só o estudo custou 270 mil reais. Com 270 mil reais você poderia ajudar toda a comunidade da reserva a se estruturar para atingir um melhor padrão de qualidade de vida. A questão básica é a seguinte: precisamos de ciência de qualidade para ajudar na formulação de estratégias de conservação para as reservas de uso sustentável. Temos que ajudar e trabalhar com as comunidades, assim como propor modelos inovadores de gestão e sustentabilidade deste tipo de Unidades de Conservação.

A reserva que fomos ver, por exemplo, tinha problemas sérios. Nós mapeamos toda a população e como eles usavam os recursos. No final, não sobrava absolutamente nada para proteção dos recursos naturais. A reserva, na verdade, era muito pequena e não poderia nunca cumprir os objetivos para os quais ela tinha sido criada.

A melhor resposta que eu tive sobre demandas reais da sociedade foi quando eu estava visitando uma região no interior da região e perguntei ao líder comunitário o que a comunidade estava precisando para melhorar a qualidade de vida, dado que ela estava abandonada pelo governo? Ele disse: “Doutor, não preciso muita coisa não, preciso de ciência boa porque desde que um técnico veio aqui e me ensinou como plantar nessa direção ao invés daquela direção, a minha produção melhorou. Hoje tenho uma renda melhor e estou muito satisfeito com tudo isto. Assim, se vier mais informação, mais ciência, poderemos produzir muito mais e melhorar nossa qualidade de vida. Basta nos ensinar”. Em suma: o líder queria ciência e orientação técnica para melhorar a sua vida. Uma demanda justa, mas pouco compreendida.

Infelizmente, ainda tem gente com uma visão muito arcaica, dizendo que as comunidades amazônicas sabem tudo sobre como manejar os seus recursos naturais. Isto é puro papo furado. Temos sim que interagir com eles de forma harmônica. Parto da premissa de que nenhum cientista sabe tudo, nem a comunidade tradicional também sabe tudo. Não é surpreendente que um dos melhores modelos de gestão de unidade de conservação na Amazônia é a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá. E por que Mamirauá funciona? Porque lá ciência e conhecimento tradicional andam juntos, gerando novos conhecimentos e tecnologias que permitem a melhoria da qualidade de vida da população local.

Acho que são extremamente importantes os movimentos comunitários, que estão trabalhando dentro das reservas extrativistas, firmarem cada vez mais parcerias com outras organizações visando incorporar, em seus planos de manejo, ciência de boa qualidade. Acho que com isto respondo as questões que foram colocadas. Obrigado.

Leandro Ferreira – Interessante falar depois do Zé porque ele pega responde adequadamente todas as questões e, desta forma, não temos muito o que acrescentar.

Eu ia colocar basicamente a mesma questão em relação a essa trilogia do social, ambiental e econômico. Sempre lembro da palestra do coordenador do Instituto Socioambiental, quando o mesmo diz que a palavra socioambiental se escreve sem o hífen.

Estamos trabalhando juntos. Participei, recentemente, de um curso introdutório de sistema de informação geográfica aplicada às ciências sociais e foi simplesmente um deslumbramento ver que realmente temos informações para trabalhar em conjunto de uma maneira bastante eficiente.

Agora, para não perder a oportunidade porque estou do lado do Crisomar aqui, infelizmente, ou felizmente, ele é o Estado aqui, eu queria falar só algumas coisas, alguns questionamentos. Por exemplo: uma das coisas que estamos discutindo aqui é essa parte do processo participativo do ZEE, mas não vou entrar nesse mérito não.

Recebemos as informações para trabalhar com os indicativos de proteção integral, com indicativos de uso sustentável, só que ficamos com as mãos amarradas, porque se você tinha os indicativos de onde vai ser parque, onde vai ser RDS, por que essa informação não foi disponibilizada? Por que nós técnicos ficamos no escuro? Tínhamos os indicativos e por que fico apontando que tudo vai ser APA? Não apareceu nenhuma informação dizendo se a região é Terra do Meio, onde vai ser RDS aqui, onde vai ser, e só gostaria de saber porque essa informação não foi disponibilizada para nós podermos fazer uma análise crítica, construtiva em cima desse material.

Não vou entrar no mérito, mas uma das coisas que mais me preocupa nesse macrozoneamento é se realmente esses indicativos de zona de consolidação e zona de expansão são reversíveis ou não. Porque realmente você falou aqui em dois ambientes – cerrados e várzeas – como importantes dentro do sistema do estado do Pará e esses ambientes foram muito pouco contemplados nos indicativos de área de proteção integral, que já analisamos sem saber qual eram as categorias. Vou parando por aqui e passo a palavra para você mesmo.

Crisomar Lobato – Pelo adiantado da hora, tenho que resumir esse assunto. É uma questão de escala. Estamos trabalhando em 1:2.000.000. Discutir isso detalhadamente é muito complicado.

Como falei, sou originário do Idesp, onde aprendi muita coisa, foi lá que lancei a primeira reivindicação para criação de Unidades de Conservação da Natureza a nível estadual para a Rio-92 e onde convivi com o pessoal da sociologia, da economia do Idesp e de outras áreas dos recursos naturais. Estive nesse meio por muito tempo e aprendi a ouvir. Por ouvir muito o pessoal da socioeconomia é que decisões como as categorias de manejo não foram colocadas agora e, sim, para discussão posterior.

Acredito que nas escalas de 1:250.000 e 1:100.000, onde o zoneamento será detalhado, as áreas que vão ser priorizadas para iniciar o zoneamento serão as áreas mais alteradas do estado, como ao longo da PA-151, da Belém-Brasília, o nordeste paraense, a rodovia Cuiabá-Santarém, a Transamazônica e a estrada que vai de Prainha até Oriximiná. Vamos trabalhar em 5 anos e gastar 15 milhões de dólares.

Quero voltar antes ao seguinte: ainda vou lutar para trabalhar por bacias hidrográficas, mas não é fácil, não depende apenas de nós, mas sim da socioeconomia. O estado não está organizado por bacias hidrográficas, com os Comitês de Bacias etc. Aí tem a decisão política e nós, por enquanto, estamos trabalhando por município, o que torna muito mais fácil organizar os dados socioeconômicos. Mas ainda não perdemos esse trabalho e temos o código de recursos hídricos, temos os comitês de bacia hidrográfica organizados em outros estados, organização nacional e internacional em bacias hidrográficas.

O município que está sendo zoneado na escala de 1:100.000 é o Moju, é um trabalho da Sectam com a Embrapa (Gespam). É o método participativo que eu também estou questionando, visto que o trabalho de Biodiversidade tem que ter a parte técnica e científica. Não vamos aceitar essa coisa de que alguém falou que ali tem ou não abundância de animais.

Vamos ouvir todo mundo, toda a sociedade paraense, todas as comunidades. Já apresentamos o Zoneamento Ecológico-Econômico para os deputados, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, ONG's, comunidade acadêmica científica; o trabalho está sendo divulgado. Estamos indo em todos os lugares, nos municípios, discutir o Zoneamento Ecológico-Econômico.

Uma outra questão que acho um pouco complicada e delicada de falar é sobre a categoria de manejo. Já temos as categorias de manejo. Houve uma decisão política de liberar por grupo, proteção integral e de uso sustentável. Temos que avançar e recuar, saber o momento certo. É por isso que as categorias ainda não foram divulgadas.

Uma outra questão, por exemplo, são as reservas extrativistas na zona do Salgado. As 4 criadas ocupam 13,5% do manguezal paraense. As outras 4 propostas para criação alcançarão 60% do manguezal paraense, isto é, com gerenciamento federal, decisão de CNPT e tal.

Acredito que no ordenamento territorial tem espaço para todo mundo, inclusive para as reservas biológicas no manguezal visando garantir a evolução natural das espécies. Por que transformar a zona costeira em uma mega reserva extrativista? E o resto? E os pescadores? E os portos, as cidades que estão aí? O que vamos fazer com esse povo, se é ordenamento tem que ter distribuição de espaço e 60% do manguezal paraense como reservas extrativistas coordenadas pelo CNPT. Se concordarmos, os 40% que sobraram também vão virar reservas extrativistas? Ou terá espaço para outro tipo de atividade produtiva, como o turismo de sol e praia, o ecoturismo etc? Ou se faz isso ou não tem Zoneamento ou se organiza o espaço territorial e não pode ir apenas em uma direção.

Marcílio Monteiro – Deixe-me colocar algumas coisas. Primeiro, com satisfação, o Ibama puxa esse debate e ao final quero propor aqui uma continuidade, até porque, como estávamos dizendo aqui e o Leandro falou, este debate tem que sair da toca e acho que o Crisomar cumpre um papel aqui forte, mas importante, de vir ao debate, porque o nosso problema maior é que essa discussão acaba sendo intocada e aí, com atores, principalmente executivos - o governo do Estado, governo federal – esse pessoal tem que vir à tona e aí temos que fazer e vamos continuar fazendo esse debate. Agora, temos que entender o seguinte: não adianta conversar e debater sobre Unidade de Conservação se não pensarmos que estamos falando de espaço e território, porque não existem vários espaços e territórios. São locais usados geograficamente com populações, com relações sociais e econômicas etc. Não existe uma abstração de território. O espaço está desordenado em cima de uma relação concreta constituída socialmente e é essa discussão que tem que ser feita no concreto das relações sociais concretas. E dentro disto, o primeiro papel que temos que fazer é o que o Ibama chama junto com o Museu, e vamos continuar fazendo, para entendermos que um dos instrumentos fundamentais dessa discussão de território são as Unidades de Conservação. E aí vou passar rapidamente para as perguntas e, finalmente, o comentário sobre a questão da fala do representante da Sectam, a Rosineide, o Joel etc.

A primeira coisa é a seguinte: concordo plenamente com o pessoal aqui da Mesa. Acho que o nosso problema central não é a área. Se fosse isso a minha formação é ciências sociais. Tenho mestrado em microeconomia. O problema não é a área de concentração e, sim, a diretriz da concepção metodológica que está se montando. Esta é uma discussão de ruptura e tenho uma vontade, vamos dizer, com muita clareza. Este governo federal, principalmente, o governo todo sim, mas no recorte do Ministério do Meio Ambiente, no recorte do Ibama tem hoje toda uma visão da incorporação humana, esta incorporação da gestão de pessoas, da relação antrópica dentro da questão ambiental, são exemplos claros, seja pelo ícone que representa o que é a Marina Silva e o que representa até a lição acadêmica do presidente do Ibama, Marcus Barros, é uma concepção geral que estamos implementando. O CNPT é um centro e incorpora-se a uma concepção que tem que ganhar o Ibama, não existe a separação – Ibama que cuida das partes humanas e Ibama que cuida do meio ambiente, não, a gestão do meio ambiente, fundamentalmente, não pode ser pensada se não pensar em relação humana. É um salto de qualidade, uma relação de mudança de paradigma que estamos fazendo. E aí, acho que é um processo que vem desde a concepção que muda uma visão, que perpassa por tudo – academia, formação econômica etc. E aí Iolé, não é esquecimento não, o problema central é que o Mosaico dentro dessa discussão, o corredor da Biodiversidade faz parte da questão do Mosaico. A grande discussão que temos que fazer, a tarefa fundamental é ampliar, porque este debate que você informa pontual, se conseguíssemos fazê-lo de forma global, entendendo que as Unidades de Conservação são variadas, desde as unidades das Resexs as Flonas, as Rebios, ou seja, tem que ter toda uma capacidade colocada. E a partir daí, acho que o nosso principal problema é que temos debatido e praticado muito pouco. Esperamos contar com a participação do governo do estado porque, por não praticar, entendemos muito pouco.

Resex não é sinônimo ou impedimento de turismo; Resex não é impedimento de desenvolvimento de qualquer coisa que seja, faz-se uma discussão de plano de uso e talvez seja a questão mais aprofundada de plano de microzoneamento efetivo que incorpora o espaço para utilização de uso. Acho, talvez, um dos exemplos mais fortes que se possa ter e aí é um equívoco tentar, em cima de uma dessas discussões, dizer: não, isso aí é pior, isto aqui é o Ibama, o governo federal que vai controlar, isto aqui é uma interferência federal, isto não passa. Enfim, constituir uma visão despolitizante quando você cria dicotomia, é por isso que temos que aprofundarmo-nos e colocarmos claramente a utilização do espaço coletivo que é a Resex. O ordenamento e organização são dos próprios setores que vivem dele, a exemplo de Soure que tem que ser visitado e ampliado, entre outros. Inclusive incentivar que Resexs sejam criadas pelo governo do estado, esta é a discussão que temos que avançar.

E só para não constituir um outro debate, mas deixo, com muita clareza que é com satisfação que fazemos este debate, mas também com preocupação, porque estamos muito distantes de tentarmos aprofundar.

Respondendo ao Zacarias a questão do porquê as Resexs não terem saído. Porque é um pedido do governo do Estado junto à Casa Civil que, em cima dessa discussão do macrozoneamento, estão querendo fazer o debate. Particularmente este é um debate. Por isso estou propondo que façamos estes fóruns mais vezes, porque não entendo que se transformarmos o debate de Unidade de Conservação em barganha, em negociação, em que tudo ou nada, é bastante complicado. O que é consenso se cria, o que é discussão se faz. O que não podemos é transformar quantas Unidades de

Conservação vocês tenham, quantas nós temos e quantas vamos negociar. Isso não funciona, porque perdemos a lógica e para que serve a Unidade de Conservação que é a lógica da utilização do uso do território, a relação do espaço etc?

Diante disso, colocamos aqui que estamos extremamente satisfeitos por esta Mesa ter discutido o assunto, pretendemos continuar e ampliar a discussão inclusive, convidando para a próxima mesa os representantes dos trabalhadores, talvez o próprio Jerônimo e outros pesquisadores.

Podemos deixar aqui já pré-agendado. Não sei qual a data melhor, mas dentro de 45 dias é razoável um novo fórum onde já possamos estar bem mais amadurecidos sobre isto, onde entremos nas dúvidas que o Leandro já colocou, porque até então o debate está muito solto. Temos que descer a detalhes no que significa, o que estamos entendendo como Unidade de Conservação, fazermos o que chamamos de *guerra de mapas*. Vamos começar a colocar claramente aqui o que esteja proposto de Resexs, o que se tem proposto de Unidades de Conservação. Vamos começar a enxergar esta discussão muito clara.

Da nossa parte, gostaria muito de agradecer a todos os participantes, especialmente ao Crisomar, por estar fazendo este contraponto, mas fundamental para ajudar o debate. Agradecer a presença de vocês. Vou passar a palavra à Ima para finalizar como nossa anfitriã e já deixar o convite aos representantes da Mesa aqui, porque a nossa idéia é apenas mudar um pouco a forma, acho que essa idéia, ou seja, o debate que está colocado, todo mundo já tem conhecimento da idéia - Ibama, Museu e os parceiros. Dentro desses 45 dias façamos um fórum mais construído em cima de propostas, o início de um debate, mas que possamos ter uma base operativa, colocada no Ibama. Estamos com propostas de várias Unidades de Conservações colocadas. Queríamos ouvir também do governo do Estado, mas, principalmente, de seguimentos sociais que possam estar colocando, consolidando, o que não inviabiliza o debate na Assembléia Legislativa ou em quaisquer outros fóruns, mas constituirmos este fórum, também, para discutir Unidade de Conservação, mesmo porque estamos com uma dicotomia muito forte. Entendemos que a melhor forma é o debate conjunto entre os entes federativos: municípios, estados e união. Mas também temos com o governo federal uma preocupação determinante de cumprir um plano e dentro desse plano da Amazônia está a ampliação e criação da Unidade de Conservação, e vai chegar algum momento em que esta decisão vai ser tomada, preferencialmente, de consenso, mas em algum ponto vamos ter que chegar de esta decisão ser tomada e esta discussão tem que ser amplamente discutida com a sociedade.

Muito obrigado pela paciência de todos vocês e desculpem aí algum tempo a mais do tempo previsto, já que estamos ultrapassando quase 30 minutos da pauta.

Ima Vieira – Para terminar, gostaria de dizer que foi um prazer muito grande ter colaborado na elaboração desta mesa redonda, ter pensado junto com o Ibama esta mesa, as pessoas, e agradecer a todos os participantes que vieram, contribuíram. O Ibama ao longo desses 10, 15 anos é um dos principais parceiros do Museu Goeldi, principalmente com relação à parceria na Floresta Nacional de Caxuanã, onde temos uma estação científica que comemorou ano passado 10 anos e que se propõe, junto com o Ibama, a elaborar projetos, executar e formular o plano de manejo para esta Unidade de Conservação, trabalhar com o entorno. É uma área belíssima, riquíssima, uma estação com quase 6.000 m² de área construída com laboratórios, salas de computação e tudo que se precisa para fazer pesquisa de boa qualidade.

Quando recebemos o convite para juntos realizarmos este debate, para nós foi um prazer muito grande. Acho que alcançamos o objetivo de discutir com profundidade os desafios, os problemas para gestão sustentável das Unidades de Conservação, mas este debate não termina. Na verdade, ele inicia e acho que a proposta do fórum permanente é muito boa e um desafio muito grande para todos nós. Espero que consigamos, em 45 dias, fazer isso, uma nova reunião com outros atores, com vocês aqui, mais de 120 pessoas que ficaram até quase o final, 18:30h, e foi realmente um prazer muito grande e agradeço a presença de todos em nome do Dr. Peter Toledo que está doente, diretor desta casa e que também se faria presente. Também agradeço a presença dos participantes e de toda a platéia. Obrigada.



Volumes Publicados

- 1** Um novo modelo para explicar a origem do homem no continente americano
Dr. Walter Alves Neves
- 2** Acesso ao Patrimônio Genético, Propriedade Intelectual e a Convenção sobre Diversidade
Simone Henriqueta Cossetin Scholze
- 3** Ciência e Ética
Dr. Ennio Candotti
- 4** Ecossistemas, Desmatamento e Saúde Humana
Dr. Ulisses Eugenio Cavalcanti Confalonieri
- 5** Biodiversidade como base para o desenvolvimento sustentável da Amazônia
José Maria Cardoso da Silva, Maurício de Carvalho Amazonas, Luís Carlos Joels, Bráulio Ferreira de Souza Dias, João Alberto Capiberibe, Emanuel A.S. Gonçalves Matos
- 6** Conhecimento Científico da Amazônia: do RADAM ao SIVAM/SIPAM
Roberto Dall'Agnol, Gilberto Câmara, Edgar Fagundes, Lúcio Flávio Pinto
- 7** Terra do Meio: poder, violência e desenvolvimento
Felício Pones Júnior, Edna Castro, Roberto Araújo, Mário A. Meneses, Paulo Medeiros
- 8** A Geopolítica da Soja na Amazônia
Museu Paraense Emílio Goeldi, Embrapa Amazônia Oriental, Amigos da Terra

Disponíveis no site www.museu-goeldi.br